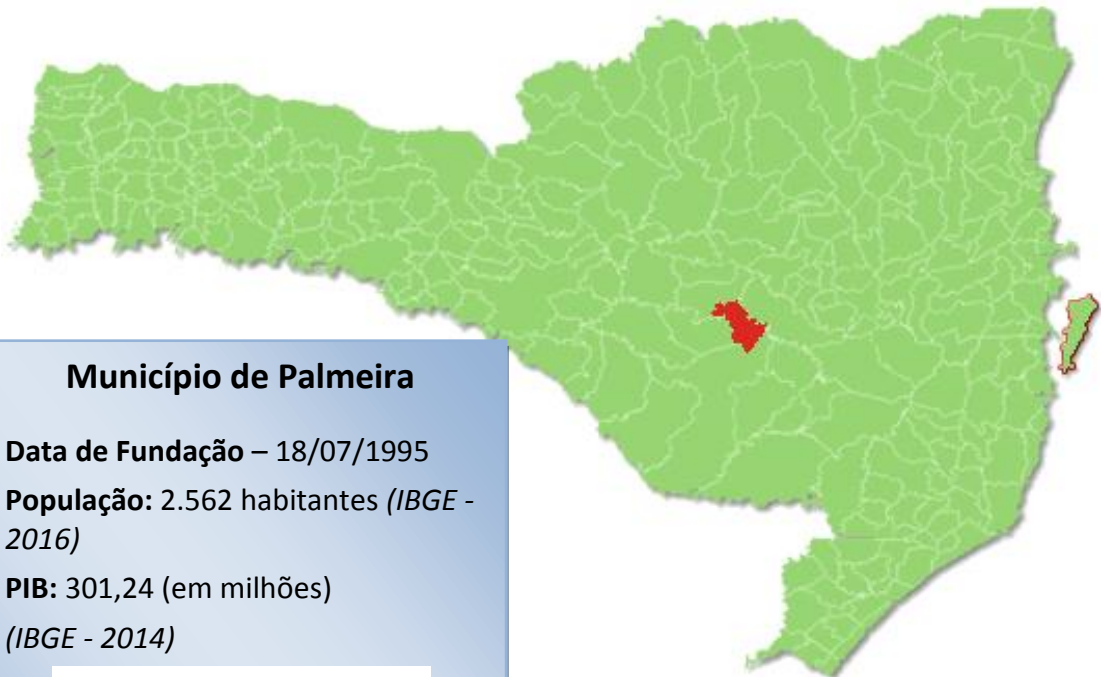


TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2016



Município de Palmeira

Data de Fundação – 18/07/1995

População: 2.562 habitantes (IBGE - 2016)

PIB: 301,24 (em milhões)
(IBGE - 2014)



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1.1. MANIFESTAÇÃO DO PREFEITO MUNICIPAL	5
1.2. RESTRIÇÕES APURADAS NA ANÁLISE PRELIMINAR (RELATÓRIO Nº 1118/2017)	6
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	15
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	16
3.1. Apuração do resultado orçamentário	17
3.2. Análise do resultado orçamentário	17
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias	18
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA	25
4.1. Situação Patrimonial	25
4.2. Análise do resultado financeiro	26
4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos	27
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira	29
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES	32
5.1. Saúde	32
5.2. Ensino	34
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências	34
5.2.2. FUNDEB	35
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)	38
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município	38
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo	39
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo	41
6. CONSELHOS MUNICIPAIS	42
6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB)	42
6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)	43
6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	47
6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)	48
6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)	48

6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)	49
7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010	50
8. DO CUMPRIMENTO DO ARTIGO 42 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF	54
9. RESTRIÇÕES APURADAS	58
10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2016	61
CONCLUSÃO	62
ANEXO	64
APÊNDICE	65

PROCESSO	PCP 17/00311104
UNIDADE	Município de Palmeira
RESPONSÁVEL	Sr. José Valdori Hemkemaier - Prefeito Municipal
ASSUNTO	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2016 - Reinstrução
RELATÓRIO N°	2026/2017

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Palmeira, relativas ao exercício de 2016.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2016 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições do artigo 7º da Instrução Normativa nº TC-20/2015 e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Palmeira, sendo que as médias do exercício em análise foram geradas em 24/07/2017

conforme base de dados constituída a partir das informações bimestrais encaminhadas pelos municípios através do Sistema e-Sfinge e as médias dos exercícios anteriores a partir dos dados analisados, julgados ou apreciados por este Tribunal.

Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

1.1. MANIFESTAÇÃO DO PREFEITO MUNICIPAL

Procedido o exame das contas do exercício de 2016 do Município, foi emitido o Relatório nº **1118/2017**, integrante do Processo **PCP 17/00311104**.

Referido Processo foi tramitado ao Exmo. Relator, que decidiu devolver à DMU para que esta encaminhasse ao Responsável à época, Sr. José Valdori Hemkemaier - Prefeito Municipal, no sentido de manifestar-se sobre as restrições contidas no item 9 do Relatório nº **1118/2017**, em observância ao disposto no art. 52 da Lei Complementar nº 202/2000 e art. 57, § 3º do Regimento Interno, o que foi efetuado através do Ofício TCE/DMU nº 13.515/2017, de 18/09/2017.

Conforme solicitação do Exmo. Relator, o Prefeito Municipal, pelo Ofício s/nº, não datado, apresentou alegações de defesa (assim como remeteu documentos) sobre as restrições contidas no aludido Relatório, estando anexadas às folhas 274 a 290 dos autos.

Assim, retornaram os autos a esta Diretoria para a devida reinstrução.

1.2. RESTRIÇÕES APURADAS NA ANÁLISE PRELIMINAR (RELATÓRIO Nº 1118/2017)

1.2.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM CONSTITUCIONAL

- 1.2.1.1 Despesas realizadas com os recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério no valor de **R\$ 819.125,76**, representando **58,76%** dos recursos oriundos do FUNDEB (**R\$ 1.394.098,25**), quando o percentual estabelecido de **60,00%** representaria gastos da ordem de **R\$ 836.458,95**, configurando, portanto, aplicação a menor de **R\$ 17.333,19** ou **1,24%**, em descumprimento ao estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007 (itens 9.1.1 e 5.2.2, limite 1).

(Relatório nº 1118/2017, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

As justificativas e os documentos encaminhados pela Unidade estão anexados às folhas 274 a 290 dos autos.

Considerações da Análise Técnica:

O Responsável apenas apresentou os valores que foram arrecadados, bem como as despesas que foram realizadas pelas Fontes de Recursos FR 18 e 19 (Balancetes da despesa e da receita, fls. 277 a 278). Ressalta-se que os valores foram os mesmos evidenciados pelo Relatório de Instrução.

Observa-se que pelo histórico das despesas empenhadas na FR 19, a sua totalidade foi classificada no Grupo de Natureza 1 – Pessoal e Encargos Sociais. No entanto, tendo em vista que não foram enviados documentos complementares, não foi possível identificar se tais empenhos se referem ao pagamento de folha de pagamento de profissionais do magistério.

Vale ressaltar que, para fins de observação do limite em discussão, deve-se considerar apenas os empenhos classificados na FR 18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério da Educação Básica em efetivo exercício).

Diante do exposto, mantém-se a restrição.

1.2.2 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

1.2.2.1 Obrigações de despesas liquidadas até 31 de dezembro de 2016 contraídas pelo Poder Executivo sem a correspondente disponibilidade de caixa de RECURSOS ORDINÁRIOS e VINCULADOS para pagamento das obrigações, deixando a descoberto DESPESAS ORDINÁRIAS no montante de **R\$ 944.414,67**, e DESPESAS VINCULADAS às Fontes de Recursos ((FR 01 – R\$ 682.953,09, FR 02 – R\$ 307.192,61, FR 62 – R\$ 2.231,13, e FR 80 – R\$ 144.600,00), no montante de **R\$ 1.170.584,15**, evidenciando o descumprimento ao artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF (Capítulo 8 e item 9.2.1).

(Relatório nº 1118/2017, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

As justificativas e os documentos encaminhados pela Unidade estão anexados às folhas 274 a 290 dos autos.

Considerações da Análise Técnica:

O Responsável reconhece que ocorreu o descumprimento ao art. 42 da LRF. No entanto, argumenta que não houve déficit orçamentário, bem como restou um saldo financeiro que totalizou o montante de R\$ 1.245.345,81.

Desde já, importante frisar que a verificação do cumprimento/descumprimento do artigo 42 da Lei Complementar n.º 101/2000 – LRF é realizada por especificações de Fontes de Recursos, ou seja, para cada código da Tabela de Destinação de Receita confronta-se a disponibilidade de caixa bruta com as obrigações financeiras, de acordo com a metodologia aplicada, e apura-se a ocorrência de resultado superavitário ou deficitário para cada uma das Fontes de Recursos – FR.

Portanto, não procede o argumento apresentado, de se verificar o montante dos recursos ao final do exercício, sem a distinção por Fontes de Recursos.

Ainda, especificamente acerca da FR 80, foi informado que a Nota de Empenho nº 2851 (fl. 280) foi emitida em 28/12/2016, no valor de R\$ 140.000,00, para aquisição de um veículo, com recursos oriundos de financiamento junto ao BADESC, mas que não havia sido depositado nos cofres do Município até o encerramento do exercício.

Tendo em vista a ausência de consulta externa de

informações sobre financiamento por meio do BADESC, foi possível apenas a verificação se houve ou não o ingresso desses recursos por meio do e-Sfinge.

Da análise do razão contábil da conta nº 1.337-4 - B.B. - BADESC Ônibus Escolares, identificou-se que os valores não ingressaram no exercício de 2016, tampouco no exercício de 2017. Desta forma, é possível afirmar que procedem as alegações apresentadas pelo Responsável.

Assim, no que se refere à Fonte de Recursos - FR 80, faz-se necessária a RESSALVA do registro de despesas no montante de R\$ 140.000,00, referente a recursos de Convênios que não ingressaram nos cofres municipais no exercício de 2016.

Diante do exposto, mantém-se a restrição, registrando-se que o valor de R\$ 140.000,00 (FR 80), decorrente de financiamento com o BADESC, foi inscrito em Restos a Pagar, sendo que os recursos não ingressaram no exercício de 2016.

Enfim, ressalta-se que foi corrigido o cálculo da apuração do art. 42 em relação aos valores de Restos a Pagar Não Processados de exercícios anteriores, no montante de R\$ 395.318,07, que não haviam sido considerados no Relatório de Instrução em razão do seu registro impróprio na conta contábil 531100000, sendo que deveriam estar na conta 531200000, conforme Apêndice – Cálculo Detalhado por Fonte de Recursos da apuração do cumprimento do art. 42 da LRF.

Desta forma, o item 9.2.1 deste Relatório, passa a ter a redação com os valores atualizados conforme segue:

Obrigações de despesas liquidadas até 31 de dezembro de 2016 contraídas pelo Poder Executivo sem a correspondente disponibilidade de caixa de RECURSOS ORDINÁRIOS e VINCULADOS para pagamento das obrigações, deixando a descoberto DESPESAS ORDINÁRIAS no montante de **R\$ 1.092.289,79** e DESPESAS VINCULADAS às Fontes de Recursos (FR 01 - R\$ 743.478,02, FR 02 - R\$ 310.423,88, FR 07 – 1.630,80, FR 08 – 31.976,52, FR 62 – R\$ 2.231,13, e FR 80 – R\$ 144.600,00), no montante de **R\$ 1.234.340,35**, evidenciando o descumprimento ao artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, registrando-se a inscrição de Restos a Pagar relativos a despesas de financiamento no valor de **R\$ 140.000,00** (FR 80), sendo que os recursos não ingressaram

no exercício de 2016.

- 1.2.2.2 Déficit financeiro do Município (Consolidado) da ordem de **R\$ 1.130.123,67**, resultante do déficit financeiro remanescente do exercício anterior, correspondendo a **8,02%** da Receita Arrecadada do Município no exercício em exame (**R\$ 14.099.402,21**), em desacordo ao artigo 48, “b” da Lei nº 4.320/64 e artigo 1º da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF (itens 4.2 e 9.2.2).

(Relatório nº 1118/2017, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

As justificativas e os documentos encaminhados pela Unidade estão anexados às folhas 274 a 290 dos autos.

Considerações da Análise Técnica:

O Responsável alega que em razão da ausência de realização de receita prevista, tornou-se impossível reduzir o déficit financeiro. E, ainda, pondera que em comparação com o exercício anterior, observou-se uma variação positiva no valor de R\$ 903.689,14 (R\$ 2.033.812,81 – déficit de 2015 (-) R\$ 1.130.123,67 – déficit de 2016).

Muito embora seja louvável a recuperação financeira do Município ao se comparar os resultados deficitários apresentados nos exercícios de 2015 e 2016, o Responsável não apresentou justificativas acerca da presente restrição, inclusive concordou com os valores apresentados pelo Relatório de Instrução.

Observa-se que o déficit ocorreu pela falta de medidas para saneamento das contas e redução de gastos em situação de frustração no recebimento de receitas previstas.

A Lei Complementar nº 101/2000 determina, em seu artigo 1º, parágrafo 1º, que o planejamento na gestão pública deve ser voltado à prevenção de riscos que possam afetar o equilíbrio financeiro, conforme segue:

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

A Lei de Responsabilidade Fiscal determina ainda, conforme o artigo 9º, a necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira em **casos de quedas de arrecadação**:

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

Diante do exposto, fica mantido o apontado.

- 1.2.2.3 Divergência, no valor de **R\$ 40.901,85**, entre as Transferências Financeiras Recebidas (R\$ 2.517.462,08) e as Transferências Financeiras Concedidas (R\$ 2.558.363,93), evidenciadas no Balanço Financeiro – Anexo 13 da Lei nº 4.320/64, caracterizando afronta ao artigo 85 da referida Lei (itens 4.2 e 9.2.3).

(Relatório nº 1118/2017, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

As justificativas e os documentos encaminhados pela Unidade estão anexados às folhas 274 a 290 dos autos.

Considerações da Análise Técnica:

O Responsável afirmou que a divergência se refere ao registro incorreto na unidade Prefeitura da devolução dos recursos não utilizados pela Câmara dos Vereadores.

Informou-se, ainda, que tal divergência seria corrigida no exercício atual (2017).

Há de se ressaltar que as contas que compõem a análise em questão (351100000 – Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária e 451100000 – Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária), têm natureza orçamentária, portanto, são zeradas ao final do exercício, para fins de apuração do Resultado Patrimonial do Período.

Desta forma, vislumbra-se a impossibilidade de correção desta divergência no exercício de 2017.

Diante do exposto, mantém-se a restrição.

- 1.2.2.4 Divergência, no valor de **R\$ 40.901,85**, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ 903.689,14) e o resultado da execução orçamentária – Superávit (R\$ 889.599,35) considerando o cancelamento de restos a pagar de R\$ 54.991,64, em afronta ao artigo 85 da Lei nº 4.320/64 (itens 3.1 e 9.2.4).

(Relatório nº 1118/2017, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

As justificativas e os documentos encaminhados pela Unidade estão anexados às folhas 274 a 290 dos autos.

Considerações da Análise Técnica:

Assim como nas argumentações acerca da restrição anterior (item 1.2.2.3), o Responsável defendeu que a divergência se refere ao registro incorreto na unidade Prefeitura da devolução dos recursos não utilizados pela Câmara dos Vereadores.

Desta forma, conforme entendimento explicitado no item anterior, fica mantida a presente restrição.

- 1.2.2.5 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A, II da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o artigo 7º, II do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7 e item 9.2.5).

(Relatório nº 1118/2017, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

As justificativas e os documentos encaminhados pela Unidade estão anexados às folhas 274 a 290 dos autos.

Considerações da Análise Técnica:

O Responsável informou que a empresa de informática contratada para a apresentação dos dados já havia sido contatada. E, na oportunidade, foi juntado aos autos Relatório do Portal da Transparência à fl. 284.

Observa-se que o Relatório apresentado para fins de

comprovação da regularização da situação em tela, além de trazer dados acerca do exercício financeiro de 2017, ainda peca da mesma falha verificada pela análise do exercício de 2016, ou seja, ausência de informações acerca do estágio do “lançamento” da Receita.

Desta forma, mantém-se a restrição.

- 1.2.2.6 Realização de despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde por meio da Prefeitura Municipal, no montante de **R\$ 124.029,24**, em inobservância ao disposto no artigo 77, § 3º do ADCT, alterado pela EC 29/00 (fl. 183 e item 9.2.6).

(Relatório nº 1118/2017, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

As justificativas e os documentos encaminhados pela Unidade estão anexados às folhas 274 a 290 dos autos.

Considerações da Análise Técnica:

O Responsável argumenta que foram empenhadas despesas de serviço de saúde na UG Prefeitura Municipal em virtude de insuficiência de dotação orçamentária no Fundo Municipal de Saúde.

Em virtude do reconhecimento por parte do Responsável da realização de despesas sem observância ao disposto no art. 77, § 3º da ADCT (alterada pela EC 29/00), mantém-se a presente restrição.

- 1.2.2.7 Registro indevido de Ativo Financeiro (Atributo F) com saldo credor nas Fontes de Recursos **01 – R\$ 412.644,48, 02 – R\$ 25.412,25, 07 – R\$ 1.335,80, 08 – R\$ 11.883,30, 62 – R\$ 1.751,13 e 80 - R\$ 4.600,00**, em afronta ao previsto no artigo 85 da Lei nº 4.320/64 e arts. 8º, parágrafo único e 50, I da LRF (Apêndice - Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos e item 9.2.7).

(Relatório nº 1118/2017, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

O responsável não apresentou justificativas acerca da presente restrição.

Considerações da Análise Técnica:

Em atendimento ao Despacho GAC/CFF – 508/2017 (fls.

268 a 270), no qual o Conselheiro Relator determinou que houvesse manifestações especialmente quanto às irregularidades descritas nos itens 9.1.1, 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.5, o Responsável deixou de se manifestar acerca deste item, motivo pelo qual fica mantida a restrição.

1.2.3 RESTRIÇÕES DE ORDEM REGULAMENTAR

1.2.3.1 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso II da Instrução Normativa N.TC-20/2015 (itens 6.3 e 9.3.1).

(Relatório nº 1118/2017, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

O responsável não apresentou justificativas acerca da presente restrição.

Considerações da Análise Técnica:

Em atendimento ao Despacho GAC/CFF – 508/2017 (fls. 268 a 270), no qual o Conselheiro Relator determinou que houvesse manifestações especialmente quanto às irregularidades descritas nos itens 9.1.1, 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.5, o Responsável deixou de se manifestar acerca deste item, motivo pelo qual fica mantida a restrição.

1.2.3.2 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso III da Instrução Normativa N.TC-20/2015 (itens 6.4 e 9.3.2).

(Relatório nº 1118/2017, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

O responsável não apresentou justificativas acerca da presente restrição.

Considerações da Análise Técnica:

Em atendimento ao Despacho GAC/CFF – 508/2017 (fls. 268 a 270), no qual o Conselheiro Relator determinou que houvesse manifestações especialmente quanto às irregularidades descritas nos itens 9.1.1, 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.5, o Responsável deixou de se manifestar acerca deste item, motivo pelo qual fica mantida a restrição.

- 1.2.3.3 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso IV da Instrução Normativa N.TC-20/2015 (itens 6.5 e 9.3.3).

(Relatório nº 1118/2017, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

O responsável não apresentou justificativas acerca da presente restrição.

Considerações da Análise Técnica:

Em atendimento ao Despacho GAC/CFF – 508/2017 (fls. 268 a 270), no qual o Conselheiro Relator determinou que houvesse manifestações especialmente quanto às irregularidades descritas nos itens 9.1.1, 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.5, o Responsável deixou de se manifestar acerca deste item, motivo pelo qual fica mantida a restrição.

- 1.2.3.4 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso V da Instrução Normativa N.TC-20/2015 (itens 6.6 e 9.3.4).

(Relatório nº 1118/2017, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

O responsável não apresentou justificativas acerca da presente restrição.

Considerações da Análise Técnica:

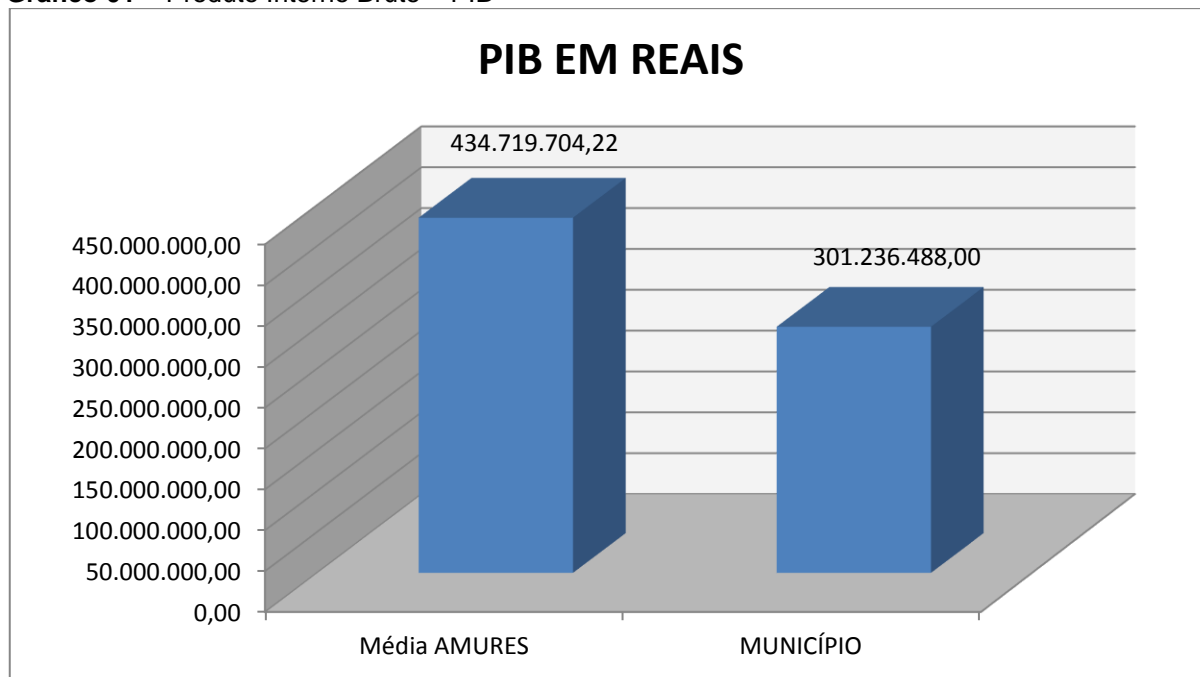
Em atendimento ao Despacho GAC/CFF – 508/2017 (fls. 268 a 270), no qual o Conselheiro Relator determinou que houvesse manifestações especialmente quanto às irregularidades descritas nos itens 9.1.1, 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.5, o Responsável deixou de se manifestar acerca deste item, motivo pelo qual fica mantida a restrição.

À luz das ponderações de ordem técnica referentes às justificativas apresentadas pelo responsável, por ventura do cumprimento das disposições contidas no art. 52 da Lei Complementar nº 202/2000 e art. 57, § 3º do Regimento Interno, conforme consta do item 1.2, as contas relativas ao exercício de 2016 passam a apresentar os seguintes dados:

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O Município de Palmeira tem uma população estimada em 2.562¹ habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,67². O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 301.236.488,00³, revelando um PIB per capita à época de R\$ 119.918,98, considerando uma população estimada em 2014 de 2.512 habitantes.

Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB



Fonte: IBGE – 2013

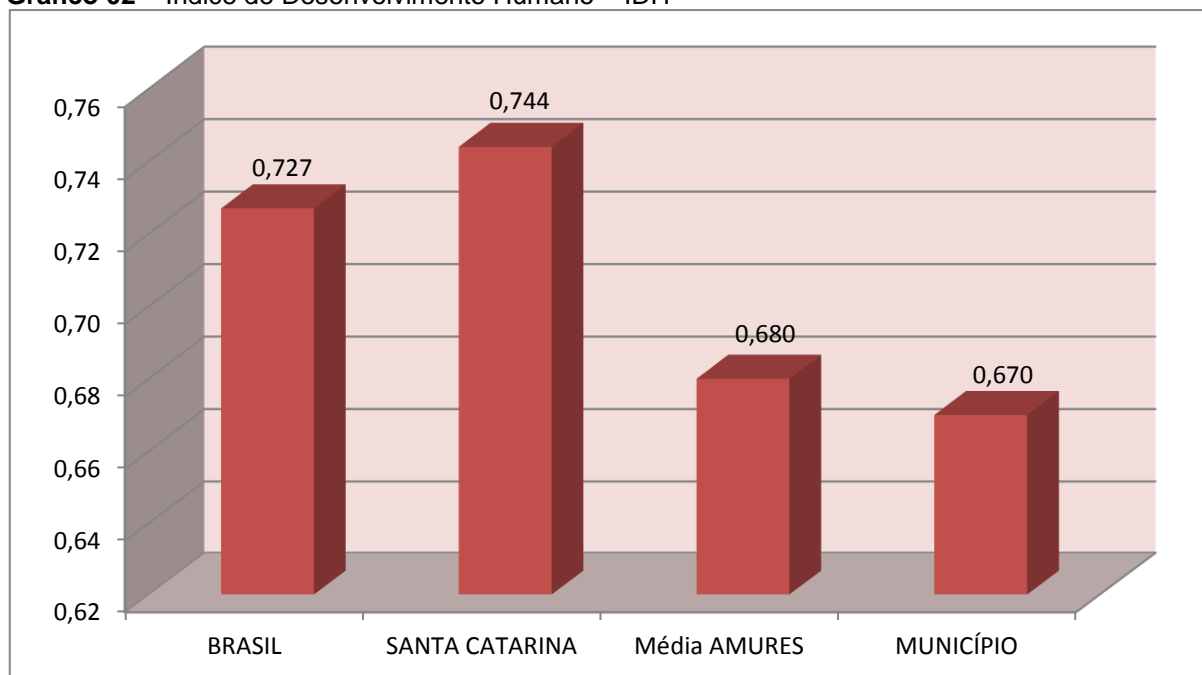
No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2010, o Município de Palmeira encontra-se na seguinte situação:

¹ IBGE - 2016

² PNUD - 2010

³ Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2014

Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH



Fonte: PNUD – 2010

3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluindo as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

Quadro 01 – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	
PPA	576/2013	03/05/2013		16.971.700,00
LDO	657/2015	28/09/2015	DESPESA FIXADA	16.971.700,00
LOA	668/2015	09/11/2015		

3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Superávit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 889.599,35**, correspondendo a **6,31%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Superávit de R\$ 889.599,35, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Superávit de R\$ 291.911,03 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Superávit de R\$ 597.688,32.

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2016

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	16.971.700,00	14.099.402,21	83,08
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	17.875.398,19	13.209.802,86	73,90
Superávit de Execução Orçamentária		889.599,35	

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A divergência no valor de R\$ 40.901,85, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ 903.689,14) e o resultado da execução orçamentária – Superávit (R\$ 889.599,35), considerando o cancelamento de restos a pagar de R\$ 54.991,64, refere-se à divergência entre as transferências financeiras concedidas e recebidas.

3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Palmeira nos últimos 5 anos:

Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – 2012-2016

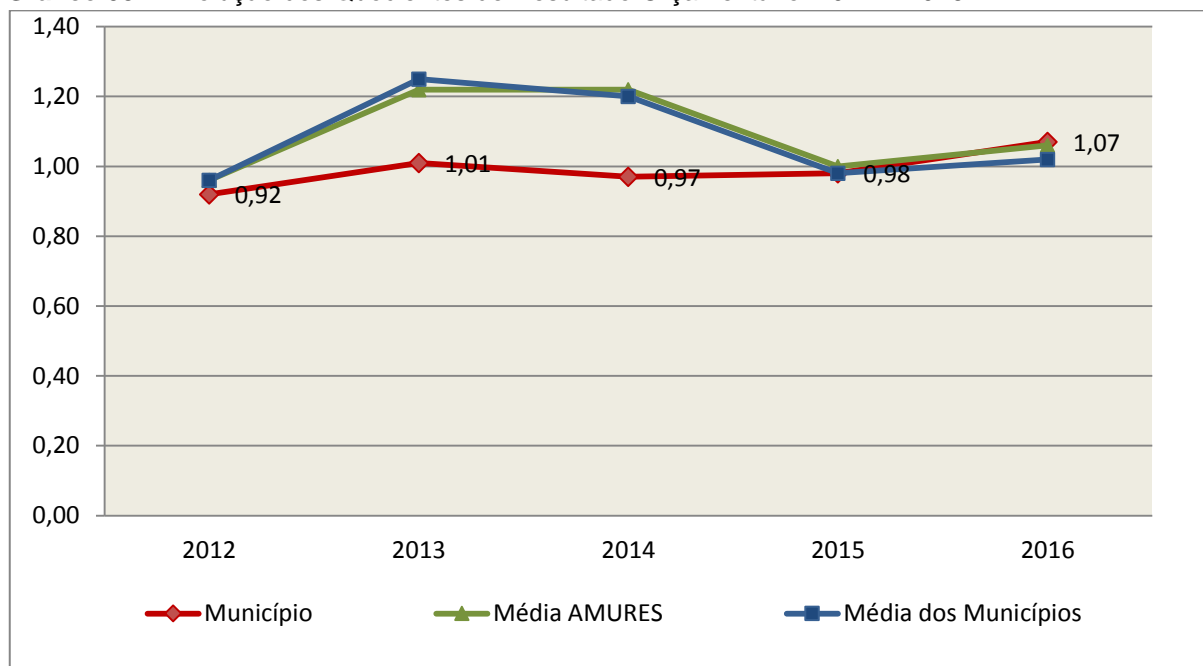
ITENS / ANO		2012	2013	2014	2015	2016
1	Receita realizada	11.355.738,02	10.386.641,83	14.160.024,63	12.511.620,75	14.099.402,21
2	Despesa executada	12.326.657,13	10.291.666,29	14.566.915,17	12.821.952,62	13.209.802,86
QUOCIENTE		2012	2013	2014	2015	2016
Resultado Orçamentário (1÷2)		0,92	1,01	0,97	0,98	1,07

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador

for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

Gráfico 03 – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 14.099.402,21**, equivalendo a **83,08%** da receita orçada.

As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

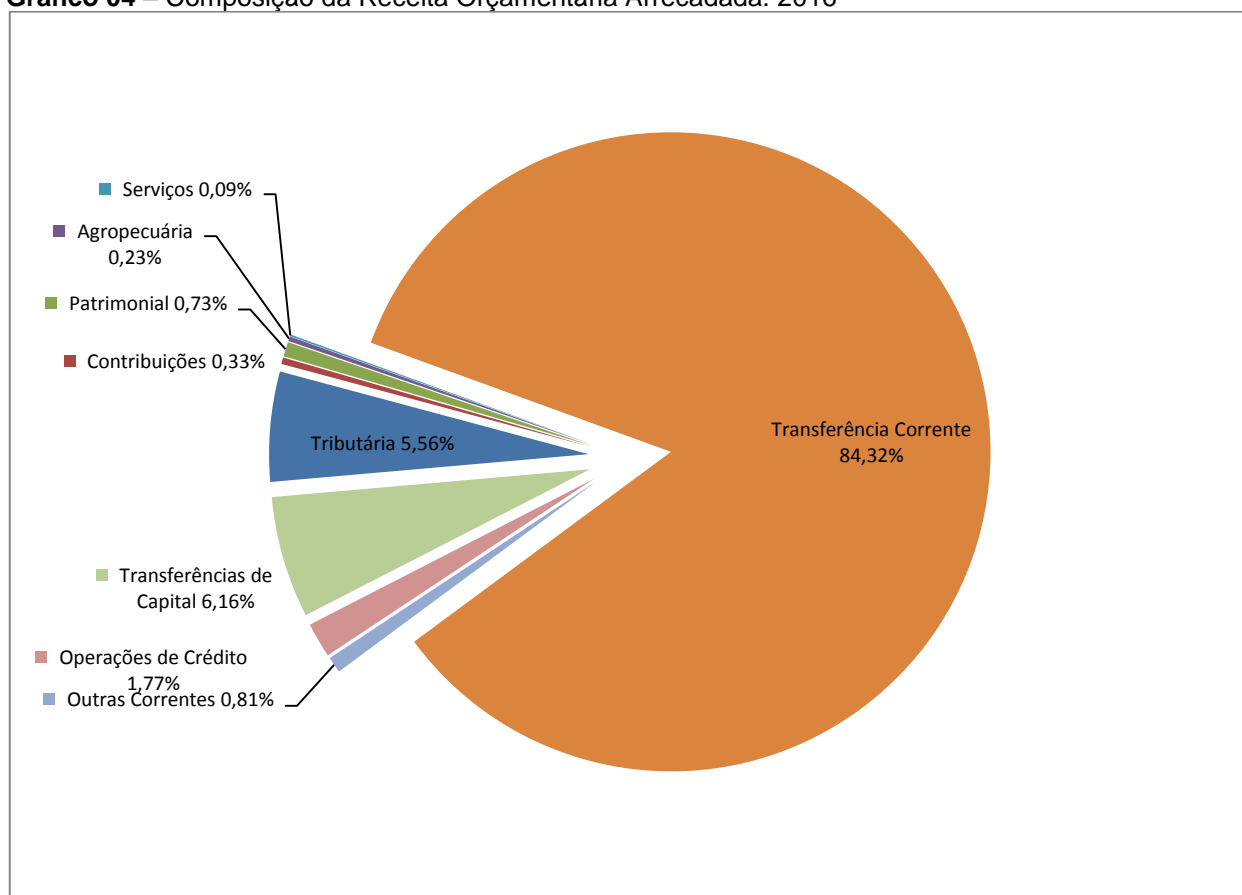
Quadro 04 – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2016

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	742.500,00	783.356,47	105,50
Receita de Contribuições	65.000,00	46.778,10	71,97
Receita Patrimonial	50.180,00	103.197,67	205,65
Receita Agropecuária	81.000,00	32.923,17	40,65

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADÇÃO	% ARRECADADO
Receita de Serviços	260.000,00	12.193,85	4,69
Transferências Correntes	13.210.720,00	11.888.629,38	89,99
Outras Receitas Correntes	432.300,00	114.294,81	26,44
RECEITA CORRENTE	14.841.700,00	12.981.373,45	87,47
Operações de Crédito	800.000,00	250.000,00	31,25
Alienação de Bens	160.000,00	-	-
Transferências de Capital	1.170.000,00	868.028,76	74,19
RECEITA DE CAPITAL	2.130.000,00	1.118.028,76	52,49
TOTAL DA RECEITA	16.971.700,00	14.099.402,21	83,08

Fonte: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Gráfico 04 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2016

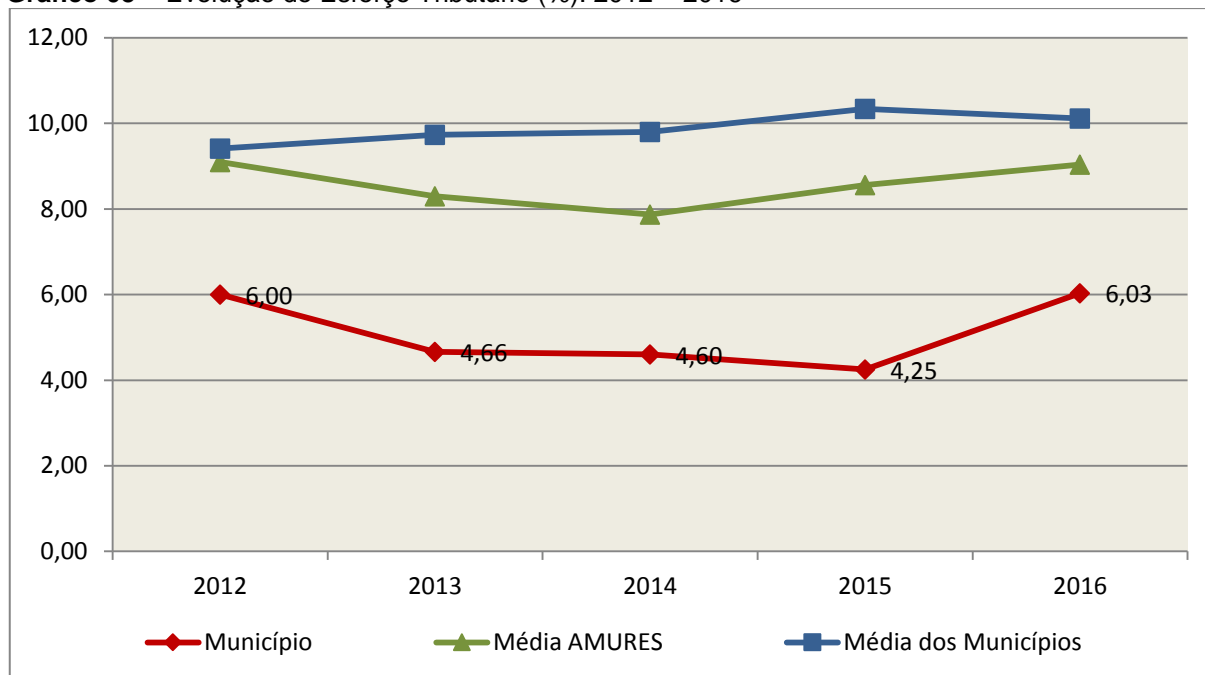


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **84,32%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

Gráfico 05 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2012 – 2016

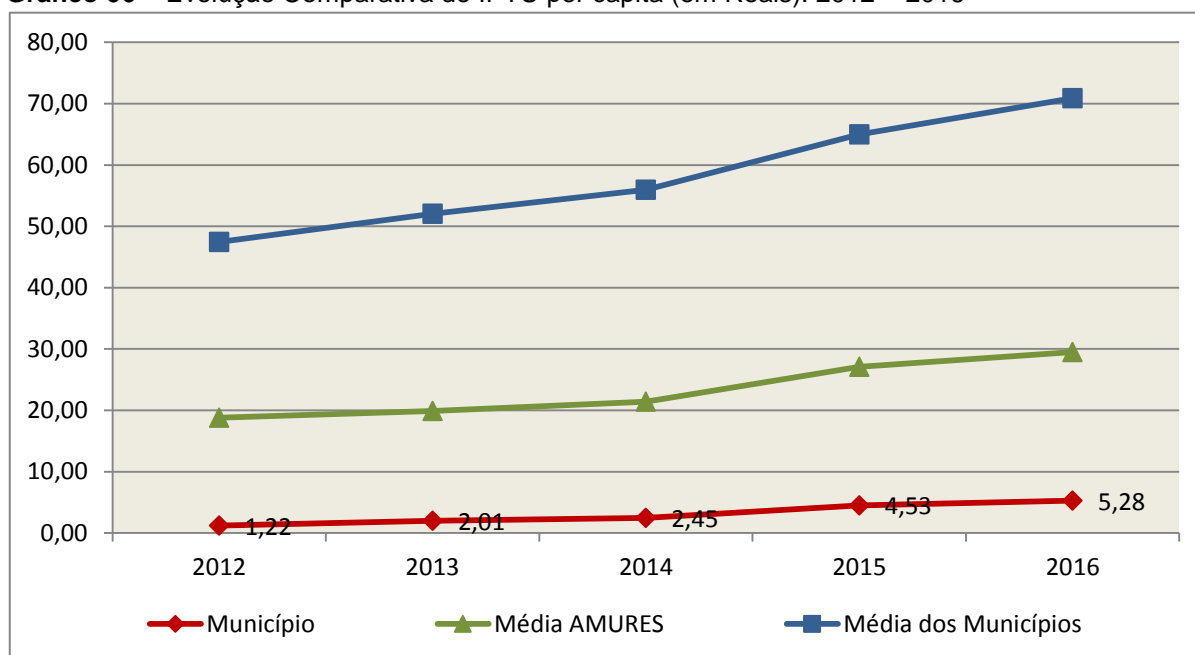


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

Gráfico 06 – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

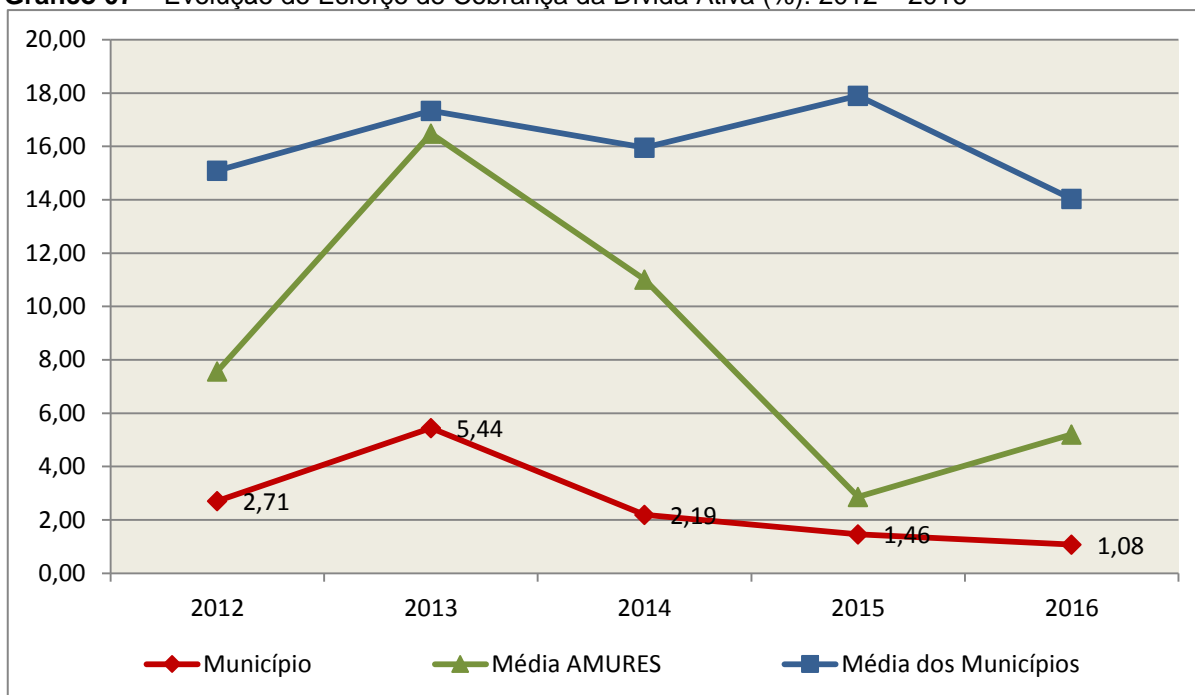
Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2016

Saldo Anterior	Inscrição/Transferências/Atualização	Recebimento	Transferências/Outras Baixas	Saldo Final
211.709,21	1.158,31	2.276,06	40,56	210.550,90

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

Gráfico 07 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

Quadro 06 – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2016

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	866.700,00	794.957,19	91,72
04-Administração	3.288.747,41	2.380.679,00	72,39
08-Assistência Social	912.300,00	516.722,91	56,64
10-Saúde	3.041.750,00	2.113.158,24	69,47
12-Educação	4.919.300,00	4.182.973,84	85,03
13-Cultura	48.000,00	1.975,00	4,11
14-Direitos da Cidadania	86.500,00	10.624,25	12,28
15-Urbanismo	1.325.400,00	1.077.031,24	81,26
16-Habitação	23.900,00	-	-
17-Saneamento	20.000,00	-	-
18-Gestão Ambiental	325.200,00	258.014,34	79,34
20-Agricultura	1.193.400,00	771.215,41	64,62
22-Indústria	264.000,00	137.495,64	52,08
26-Transporte	1.089.600,00	588.208,53	53,98
27-Desporto e Lazer	33.900,00	9.350,39	27,58

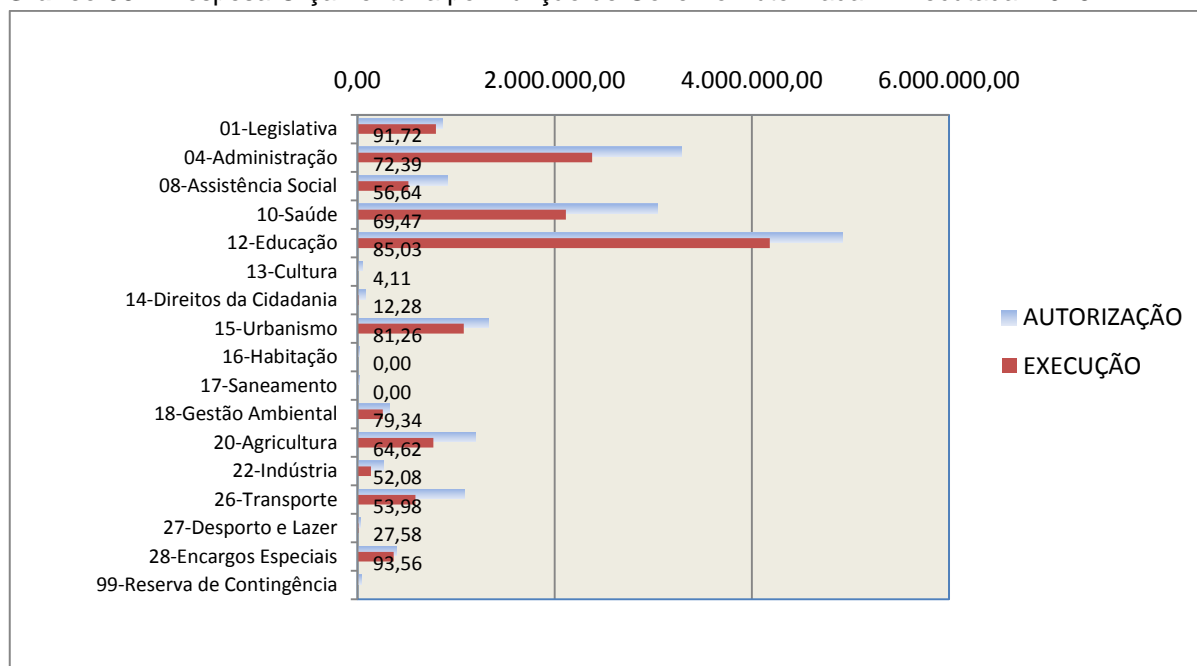
DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
28-Encargos Especiais	392.700,78	367.396,88	93,56
99-Reserva de Contingência	44.000,00	-	-
TOTAL DA DESPESA	17.875.398,19	13.209.802,86	73,90

Fontes: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

Gráfico 08 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2016



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2012 – 2016

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2012	2013	2014	2015	2016
01-Legislativa	628.117,89	634.185,59	720.498,62	747.500,27	794.957,19
04-Administração	1.759.108,95	2.079.810,78	2.372.205,56	2.180.351,90	2.380.679,00
08-Assistência Social	356.400,53	441.302,96	495.392,40	450.505,94	516.722,91

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2012	2013	2014	2015	2016
10-Saúde	1.815.531,11	1.949.099,30	2.407.017,40	1.959.328,33	2.113.158,24
12-Educação	3.975.230,96	2.997.644,51	3.809.511,91	3.922.166,53	4.182.973,84
13-Cultura	19.653,37	42.430,59	48.556,59	12.220,10	1.975,00
14-Direitos da Cidadania	264,10	6.734,53	17.017,80	29.689,49	10.624,25
15-Urbanismo	1.095.389,85	732.821,37	1.177.882,73	738.436,65	1.077.031,24
16-Habitação	45.389,26	2.944,63	13.155,20	1.980,57	-
17-Saneamento	-	-	6.502,40	-	-
18-Gestão Ambiental	195.837,90	180.491,35	272.716,45	220.092,27	258.014,34
20-Agricultura	749.538,93	576.498,24	695.992,03	842.480,38	771.215,41
22-Indústria	65.813,53	52.390,52	77.382,34	143.976,10	137.495,64
26-Transporte	1.574.318,98	219.925,53	1.700.456,54	740.205,81	588.208,53
27-Desporto e Lazer	3.257,00	3.665,28	49.975,94	273.430,21	9.350,39
28-Encargos Especiais	42.804,77	371.721,11	702.651,26	559.588,07	367.396,88
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	12.326.657,13	10.291.666,29	14.566.915,17	12.821.952,62	13.209.802,86

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2016

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	13.530,50	0,11
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	639.902,11	5,15
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	61.406,17	0,49
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	49.588,51	0,40
Cota do ICMS	4.126.478,21	33,20
Cota-Parte do IPVA	198.177,55	1,59
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	58.635,82	0,47
Cota-Parte do FPM	6.739.239,45	54,22
Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de julho) - art. 159, I, alínea "e" da C.F. e Emenda Constitucional nº 84, de 2014	198.879,42	1,60
Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de dezembro) - art. 159, I, alínea "d" da C.F.	279.848,13	2,25
Cota do ITR	44.238,28	0,36
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	16.449,84	0,13
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	1.158,31	0,01

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	1.791,26	0,01
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS (Base de cálculo para a Educação)	12.429.323,56	100,00
(-) Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de julho) - art. 159, I, alínea “e” da C.F. e Emenda Constitucional nº 84, de 2014	198.879,42	
(-) Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de dezembro) - art. 159, I, alínea “d” da C.F.	279.848,13	
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS (Base de cálculo para a Saúde)	11.950.596,01	100,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 09 – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2016

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	15.218.011,62
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	2.236.638,17
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	12.981.373,45

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

Quadro 10 – Balanço Patrimonial do Município de Palmeira (em Reais): 2016

ATIVO	2015	2016	PASSIVO	2015	2016
ATIVO CIRCULANTE	1.037.727,79	1.245.354,81	PASSIVO CIRCULANTE	2.541.935,96	2.017.080,31
<u>Caixa e Equivalentes de Caixa</u>	1.034.939,79	1.242.566,81	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	335.373,91	289.527,31
<u>Créditos a Curto Prazo</u>	2.000,00	2.000,00	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	261.662,46	43.317,16
Dívida Ativa Tributária	2.000,00	2.000,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.871.070,77	1.620.392,49
<u>Demais Créditos e Valores a Curto Prazo</u>	788,00	788,00	Demais Obrigações a Curto Prazo	73.828,77	63.843,35
ATIVO NÃO CIRCULANTE	11.385.397,30	12.737.581,68	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.085.642,67	834.441,97
<u>Ativo Realizável a Longo Prazo</u>	209.709,21	208.550,90	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	1.085.642,67	629.338,10
Créditos a Longo Prazo	209.709,21	208.550,90	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	205.103,87
Dívida Ativa Tributária	126.508,15	126.508,15			
Dívida Ativa Não Tributária	83.201,06	82.042,75	TOTAL DO PASSIVO	3.627.578,63	2.851.522,28
<u>Imobilizado</u>	11.175.688,09	12.529.030,78	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.795.546,46	11.131.414,21
Bens Móveis	7.597.226,91	8.255.761,45	Resultados Acumulados	8.795.546,46	11.131.414,21
Bens Imóveis	3.578.461,18	4.273.269,33	Resultado do Exercício	1.397.528,74	2.335.867,75
			Resultado de Exercícios Anteriores	6.576.052,21	8.795.546,46
			Ajustes de exercícios anteriores	821.965,51	-
TOTAL	12.423.125,09	13.982.936,49	TOTAL	12.423.125,09	13.982.936,49

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Déficit Financeiro de **R\$ 1.130.123,67** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 1,91** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação positiva de **R\$ 903.689,14** passando de um Déficit de R\$ 2.033.812,81 para um Déficit de **R\$ 1.130.123,67**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Déficit de **R\$ 1.419.036,69**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

Quadro 11 – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2015 - 2016

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Varição
Ativo Financeiro	1.035.727,79	1.243.354,81	207.627,02
Passivo Financeiro	3.069.540,60	2.373.478,48	-696.062,12
Saldo Patrimonial Financeiro	-2.033.812,81	-1.130.123,67	903.689,14

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: Sobre a divergência entre as Transferências Financeiras Recebidas e as Concedidas, vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

Obs.: A divergência no valor de R\$ 40.901,85, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ 903.689,14) e o resultado da execução orçamentária – Superávit (R\$ 889.599,35), considerando o cancelamento de restos a pagar de R\$ 54.991,64, refere-se à divergência entre as transferências financeiras concedidas e recebidas.

Obs.: Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos

A situação financeira analisada neste item tem como objetivo demonstrar o confronto entre os recursos financeiros e as respectivas obrigações financeiras, segregadas por vínculo de recurso.

Referida análise atende ao que determina o artigo 8º, 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ou seja, vincular os recursos a sua disponibilidade específica.

Para o cálculo utilizou-se os seguintes critérios:

a) FR – Fonte de Recursos: refere-se à discriminação das especificações das fontes de recursos, conforme tabela de destinação de receita deste Tribunal de Contas;

b) Disponibilidade de Caixa Bruta: constitui-se dos saldos recursos financeiros (caixa, bancos, aplicações financeiras e outras disponibilidades

financeiras) em 31/12/2016, segregados por especificações de fontes de recursos;

c) Obrigações financeiras: representa os valores, igualmente por disponibilidade de fontes de recursos, dos depósitos de terceiros e resultantes de consignações, cauções, outros depósitos de diversas origens e dos restos a pagar, sendo que, este último refere-se às despesas empenhadas, liquidadas ou não, e que estão pendentes de pagamento.

Ressalta-se, todavia, que em razão da análise técnica decorrente de auditorias, levantamentos, ofícios circulares encaminhados aos jurisdicionados, entre outros instrumentos de verificações, poderá haver ajustes na disponibilidade de caixa e nas obrigações financeiras apresentadas pelo ente.

d) Disponibilidade de Caixa Líquida/resultado financeiro: evidencia o resultado financeiro por especificações de fontes de recursos, apurado entre o confronto dos recursos financeiros e as obrigações financeiras, levando-se em consideração os possíveis ajustes.

No tocante ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquias e Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação às obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada do Município de Palmeira, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

Quadro 11- A – Demonstrativo do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso.

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
RECURSOS VINCULADOS		
00 - Recursos Ordinários	0,00	SUPERAVIT
01- Receitas e Transferências de Impostos - Educação	-749.723,31	DÉFICIT
02 - Receitas e Transferências de Impostos - Saúde	-310.423,88	DÉFICIT
03 - Contribuição para Fundo Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	SUPERAVIT
04 - Contribuição para Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	SUPERAVIT
05 - Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	0,00	SUPERAVIT
06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	46.607,72	SUPERAVIT
07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	-1.630,80	DÉFICIT
08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	-31.976,52	DÉFICIT
09 - FIA Imposto de Renda	0,00	SUPERAVIT
10 - Convênio de Trânsito - Militar	0,00	SUPERAVIT
11 - Convênio de Trânsito - Civil	0,00	SUPERAVIT
12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	0,00	SUPERAVIT
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério da Educação Básica em efetivo exercício) - R\$ 18.209,58	21.946,10	SUPERAVIT

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ 3.736,52		
31 - Transferências de Convênios – União/Assistência Social	0,00	SUPERAVIT
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	0,00	SUPERAVIT
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	305.019,01	SUPERAVIT
34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	-50.762,24	DÉFICIT
35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	104.933,13	SUPERAVIT
36 - Salário-Educação	88.214,00	SUPERAVIT
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	139.684,51	SUPERAVIT
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	428.901,73	SUPERAVIT
39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	24.261,26	SUPERAVIT
40 - Royalties de Petróleo – Educação - Lei nº 12.858/2013	0,00	SUPERAVIT
41 - Royalties de Petróleo – Saúde - Lei nº 12.858/2013	0,00	SUPERAVIT
42 - Outras Transferências Legais e Constitucionais – União	0,00	SUPERAVIT
61 - Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social	24.088,48	SUPERAVIT
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	-2.231,13	DÉFICIT
63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde	41.512,96	SUPERAVIT
64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	40.470,22	SUPERAVIT
65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	0,00	SUPERAVIT
66 - Transferências Legais e Constitucionais do Estado para o Desenvolvimento da Educação	0,00	SUPERAVIT
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	0,00	SUPERAVIT
68 - Outras Transferências Legais e Constitucionais - Estado	0,00	SUPERAVIT
80 - Outras Especificações	-144.600,00	DÉFICIT
81 - Operações de Crédito Internas para Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
82 - Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	0,00	SUPERAVIT
84 - Operações de Crédito Externas para Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
85 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
86 - Operações de Crédito Externas - Outros Programas	0,00	SUPERAVIT
87 - Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
88 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	0,00	SUPERAVIT
93 - Outras Receitas Não-Primárias	0,00	SUPERAVIT
95 - Antecipação de Depósitos Judiciais	0,00	SUPERAVIT
TOTAL RECURSOS VINCULADOS	-25.708,76	
00 - Recursos Ordinários	-1.104.414,91	DÉFICIT
TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS	-1.104.414,91	

Fonte: e-Sfinge

4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2012 – 2016

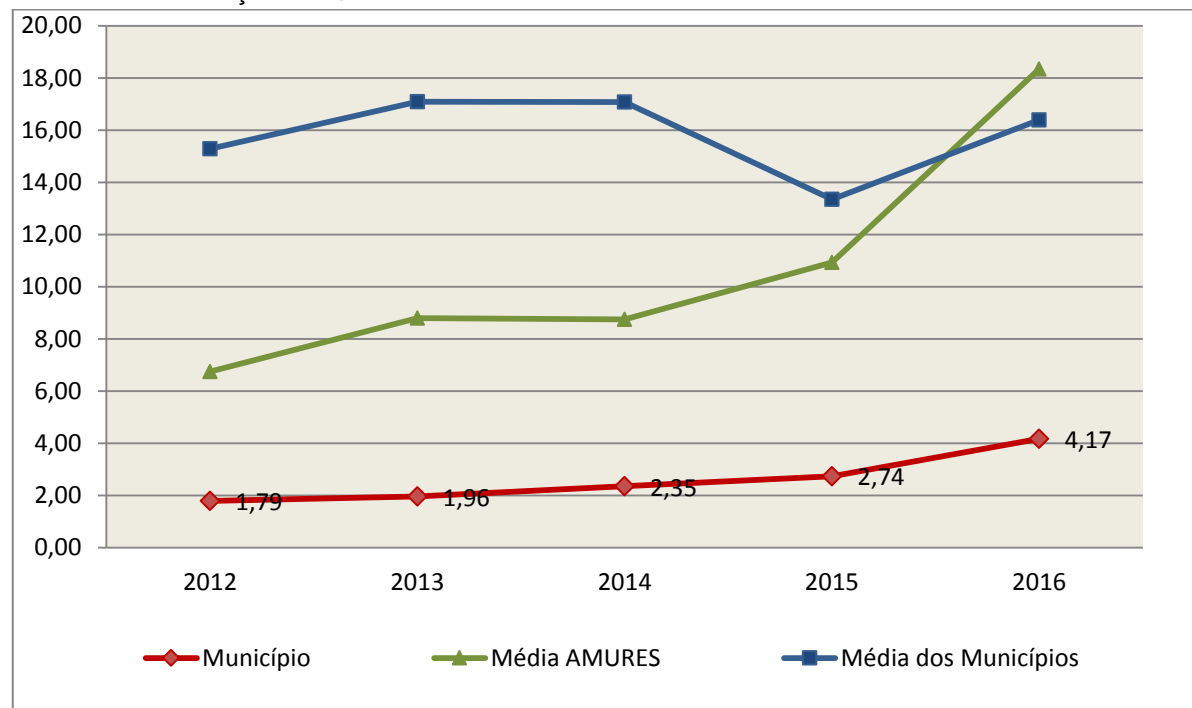
ITENS / ANO	2012	2013	2014	2015	2016
1 Despesa Executada	12.326.657,13	10.291.666,29	14.566.915,17	12.821.952,62	13.209.802,86
2 Restos a Pagar	3.204.417,12	1.746.744,76	2.662.923,85	3.025.724,86	2.328.699,16
3 Ativo Financeiro Ajustado	949.753,84	612.274,45	864.075,01	1.035.727,79	1.243.354,81
4 Passivo Financeiro Ajustado	3.355.646,51	2.005.551,24	2.672.306,37	3.069.540,60	2.373.478,48
5 Ativo Real	8.115.905,76	8.248.741,16	11.444.961,16	12.423.125,09	13.982.936,49
6 Passivo Real	4.523.846,51	4.202.153,82	4.868.908,95	4.537.933,63	3.354.650,56
QUOCIENTES	2012	2013	2014	2015	2016
Resultado Patrimonial (5÷6)	1,79	1,96	2,35	2,74	4,17
Situação Financeira (3÷4)	0,28	0,31	0,32	0,34	0,52
Restos a Pagar (2÷1)*100	26,00	16,97	18,28	23,60	17,63

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

Gráfico 09 – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2012 – 2016



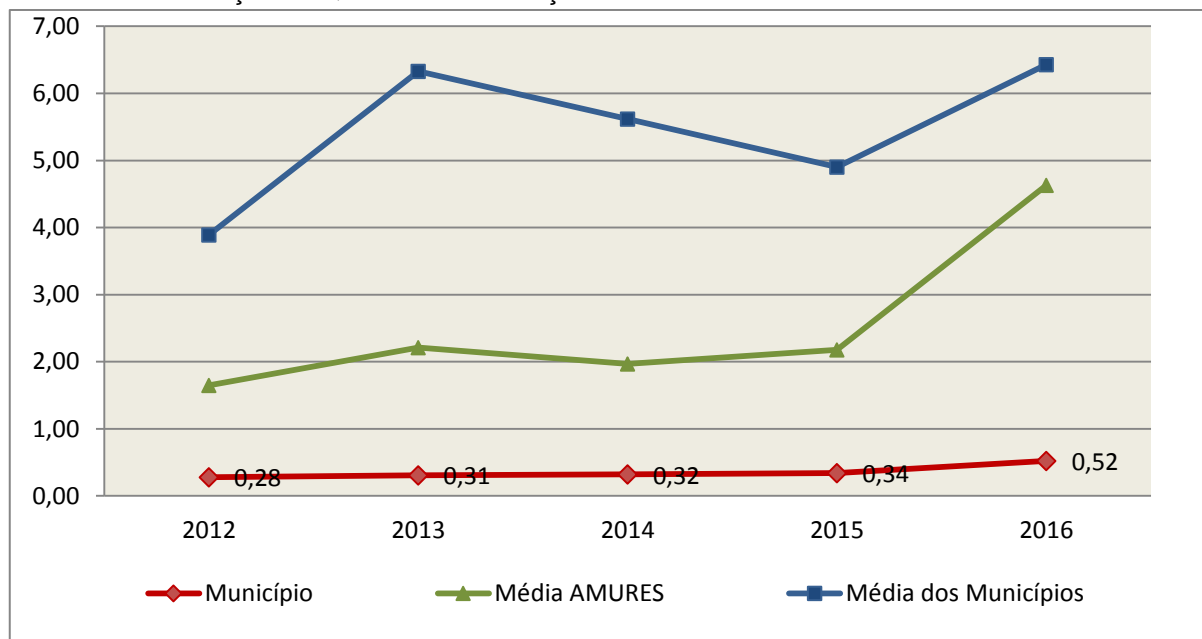
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2016 o Ativo Real apresenta-se **4,17** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

Gráfico 10 – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

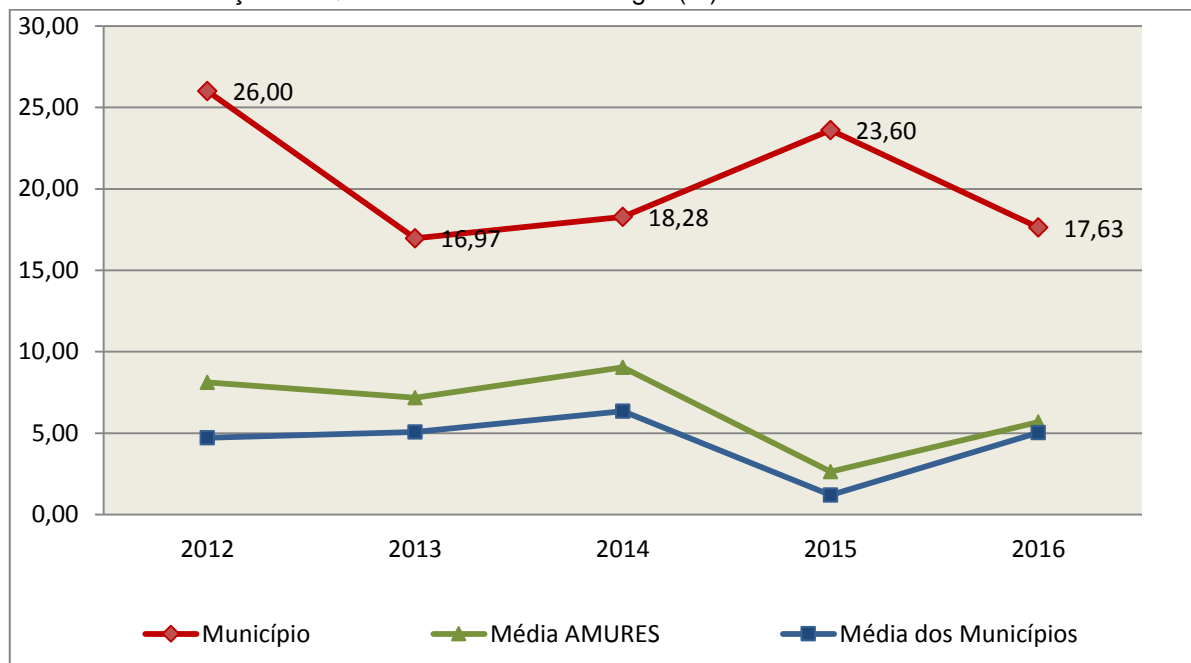
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Deficitária, sendo que no final do exercício de 2016 o Ativo Financeiro representa **0,52** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Palmeira é demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 11 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **17,63%** da despesa orçamentária do exercício.

5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

5.1. Saúde

Limite: mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2016 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 2.030.570,55** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **16,99%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 237.981,15**, representando **1,99%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 13 – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2016

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	11.950.596,01	100,00
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.113.158,24	17,68
Atenção Básica	2.113.158,24	17,68
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	82.587,69	0,69
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	2.030.570,55	16,99
Valor Mínimo a ser Aplicado	1.792.589,40	15,00
Valor Acima do Limite	237.981,15	1,99

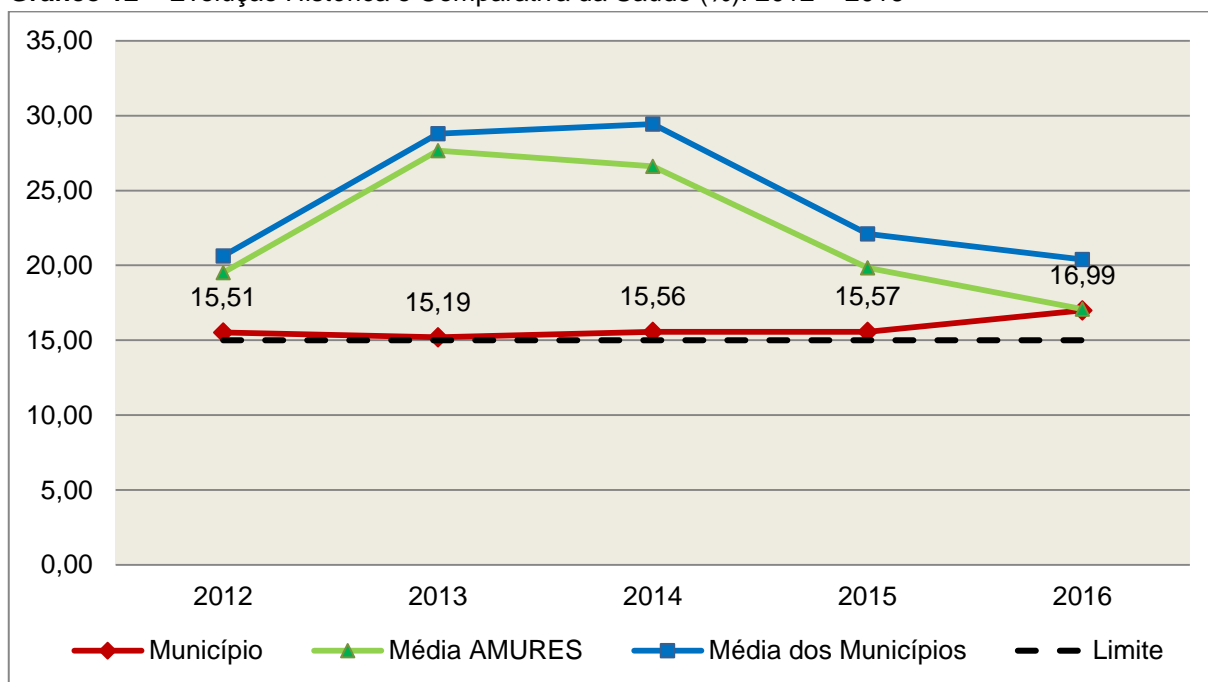
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

Obs.: Com relação às despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde alocadas na Prefeitura Municipal, vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Gráfico 12 – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Palmeira em 2016 aumentou seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2. Ensino

5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

Limite: mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2016) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 4.129.793,69** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **33,23%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 1.022.462,80**, representando **8,23%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 14 – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2016

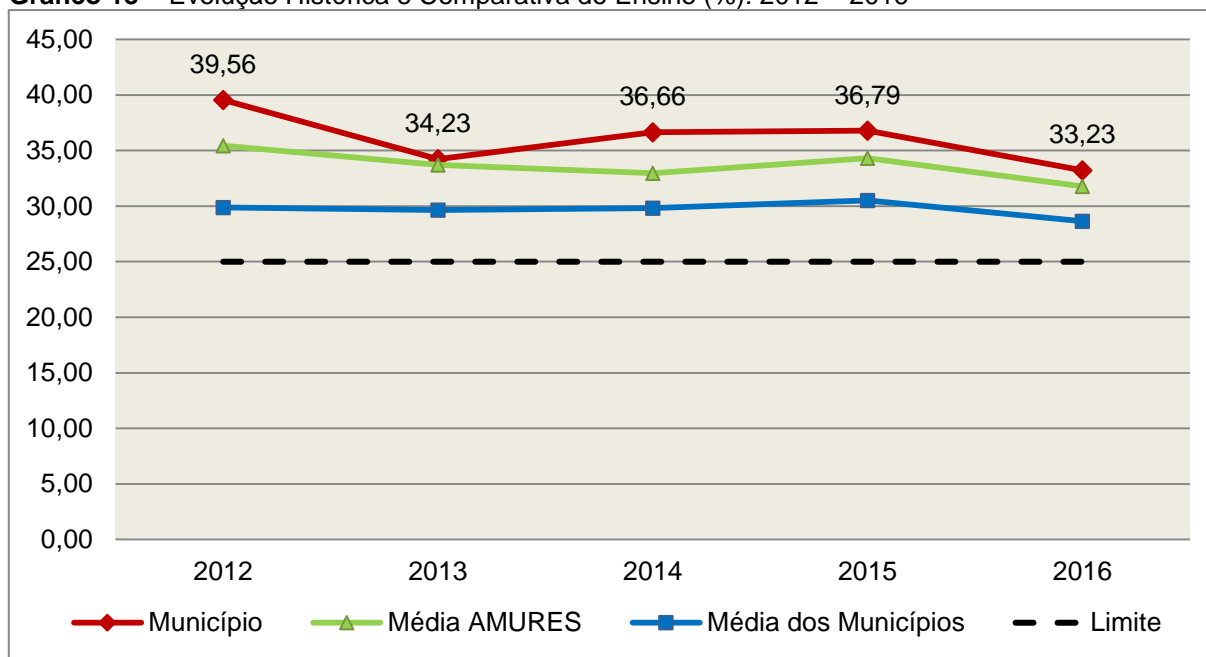
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	12.429.323,56	100,00
Valor Aplicado Educação Infantil	751.260,98	6,04
Educação Infantil	751.260,98	6,04
Valor Aplicado Ensino Fundamental	3.431.712,86	27,61
Ensino Fundamental	3.431.712,86	27,61
(-) Total das Deduções consideradas para fins de apuração do Limite Constitucional*	53.180,15	0,43
Total das Despesas para efeito de Cálculo	4.129.793,69	33,23
Valor Mínimo a ser Aplicado	3.107.330,89	25,00
Valor Acima do Limite (25%)	1.022.462,80	8,23

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Palmeira em 2016 reduziu seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2.2. FUNDEB

Limite 1: mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 819.125,76**, equivalendo a **58,76%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **DESCUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

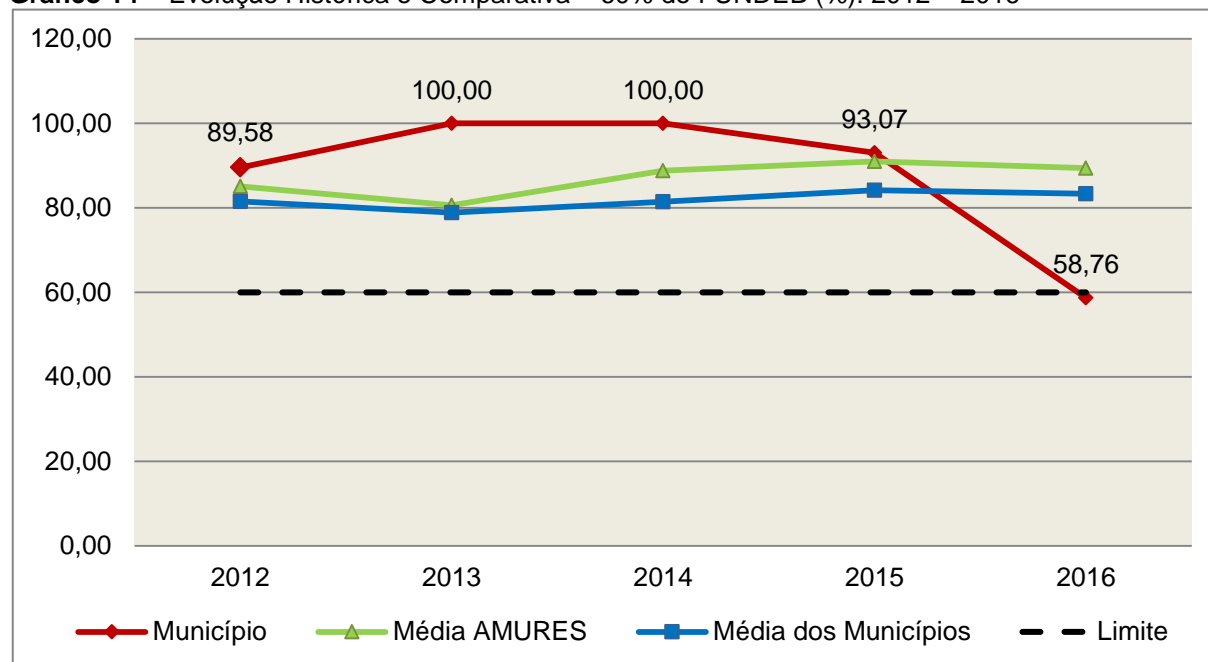
Quadro 15 – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2016

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	1.391.010,50
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	3.087,75
Total dos recursos oriundos do FUNDEB	1.394.098,25
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	836.458,95
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB	819.125,76
Valor Abaixo do Limite	17.333,19

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:

Gráfico 14 – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Limite 2: mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 1.368.785,95**, equivalendo a **98,18%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2016

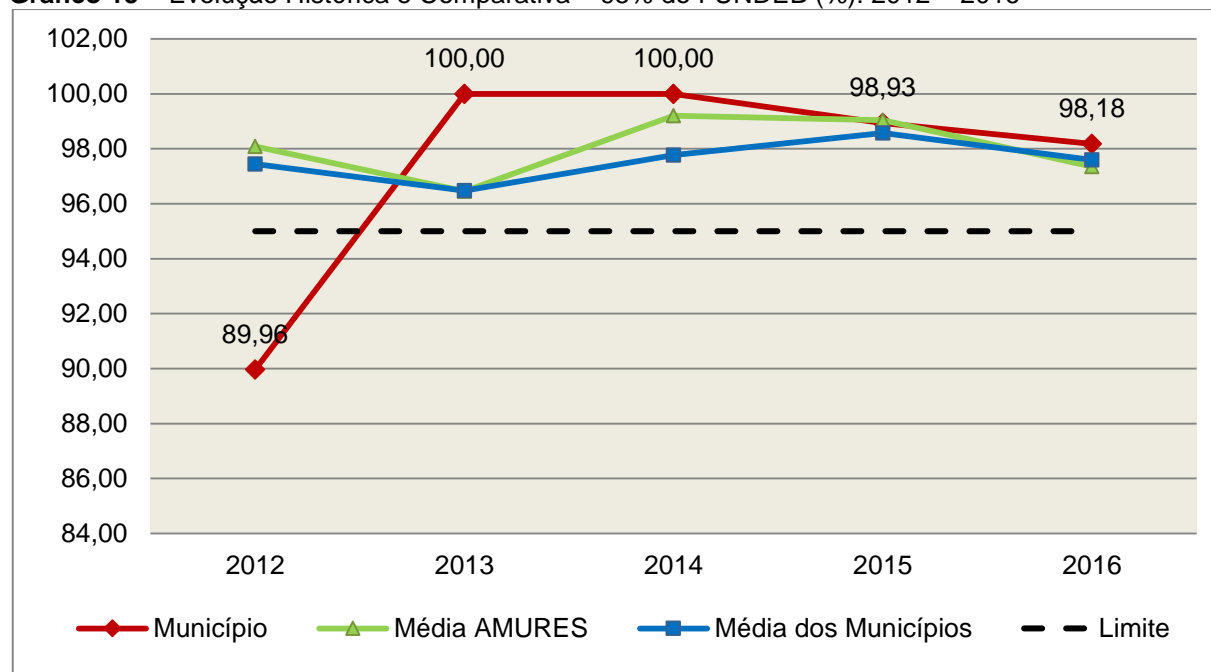
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	1.394.098,25
95% dos Recursos do FUNDEB	1.324.393,34
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB *	1.368.785,95
Valor Acima do Limite	44.392,61

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: * Apuração efetuada com base na execução financeira, vide Quadro no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

Gráfico 15 – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Palmeira reduziu sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

Limite 3: utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

Ante a inexistência de saldo no encerramento do exercício de 2015 de recursos do FUNDEB, resta prejudicada a verificação prevista no art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2016: No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:

Quadro 16A – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007)

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2016	51.325,93
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e em exercícios anteriores pendentes de pagamento e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	29.379,83
(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados	21.946,10

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

Limite: 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 17 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2016

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	12.981.373,45	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	7.788.824,07	60,00
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	6.984.522,17	53,80
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	701.493,89	5,40
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	7.686.016,06	59,21
Valor Abaixo do Limite (60%)	102.808,01	0,79

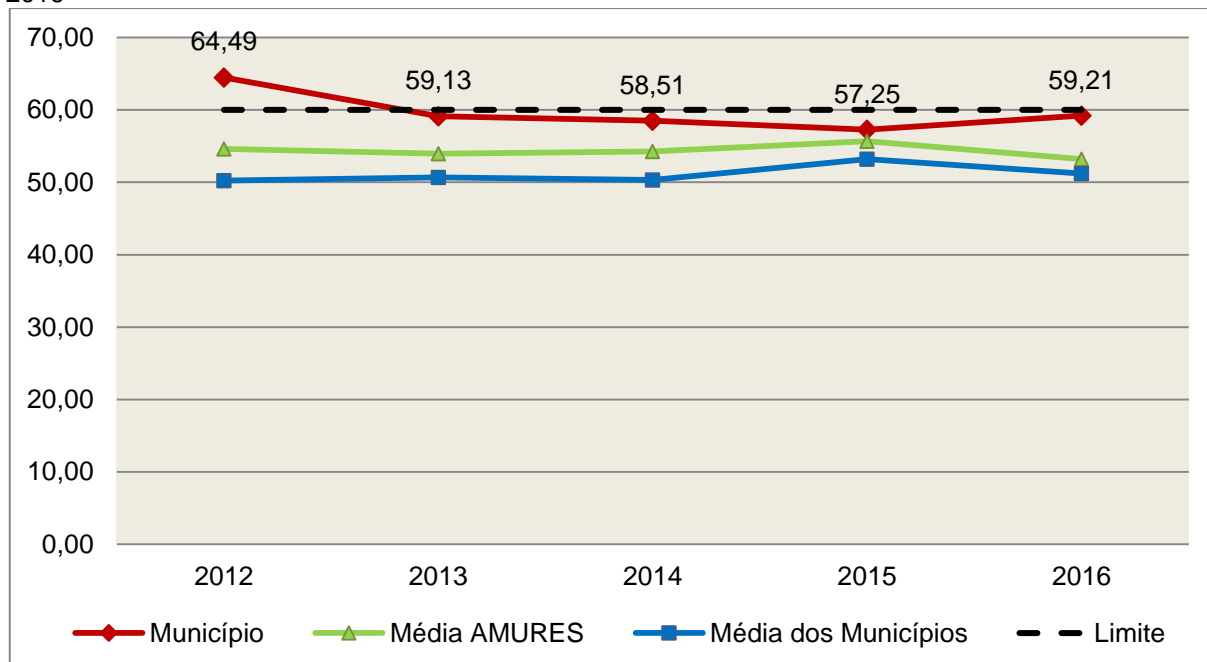
Fonte: Sistema e-Sfinge/Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No exercício em exame, o Município gastou **59,21%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no

artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

Gráfico 16 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra o crescimento dos gastos com pessoal do Município de Palmeira, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

Limite: 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 18 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2016

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	12.981.373,45	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	7.009.941,66	54,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	7.364.496,90	56,73
Pessoal e Encargos*	6.984.522,17	53,80
Outras Despesas de Pessoal consideradas pela Instrução - Despesas registradas no elemento 94 –	379.974,73	2,93

Indenizações e Restituições, sem identificação de caráter indenizatório (fls 177 a 181)		
Deduções das Despesas com Pessoal do Poder Executivo**	379.974,73	2,93
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	6.984.522,17	53,80
Valor Abaixo do Limite (54%)	25.419,49	0,20

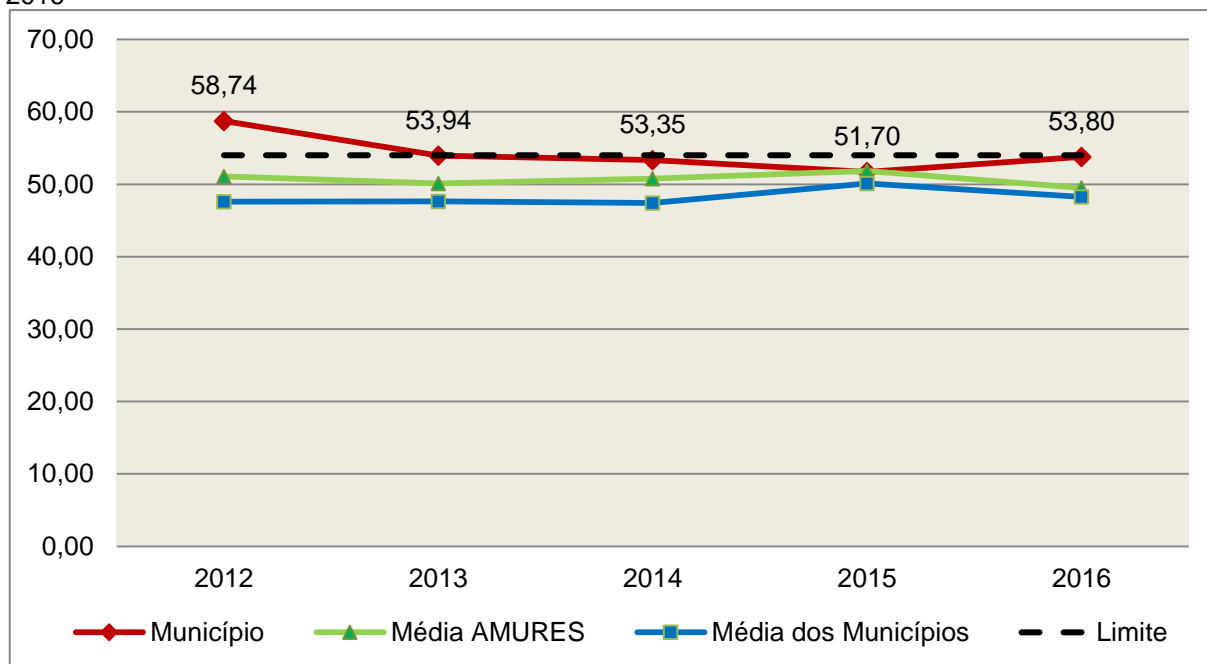
Fonte: * Sistema e-Sfinge/⁴Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

**Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **53,80%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

Gráfico 17 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo aumentaram, quando comparado ao exercício anterior.

⁴ Apuração da Despesa de Pessoal: conforme orientação do Manual dos Demonstrativos Fiscais 6ª edição, publicado no endereço <http://www.stn.fazenda.gov.br/pt/web/stn/mdf>

5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

Limite: 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 19 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2016

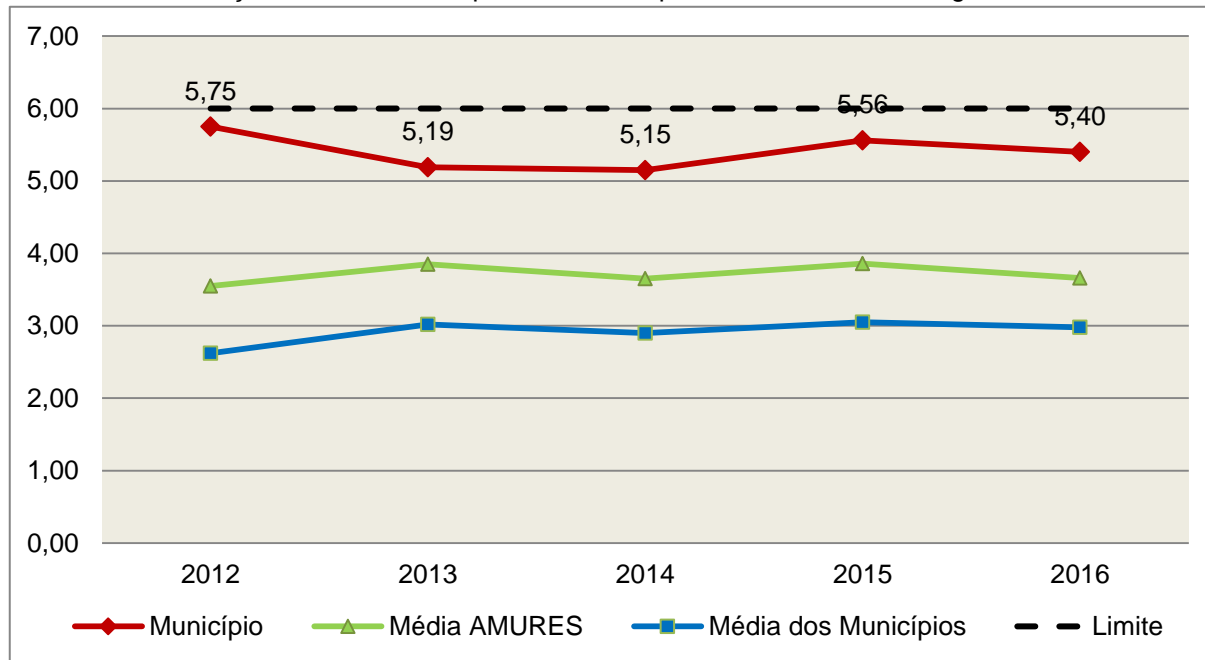
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	12.981.373,45	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	778.882,41	6,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	701.493,89	5,40
Pessoal e Encargos*	701.493,89	5,40
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	701.493,89	5,40
Valor Abaixo do Limite (6%)	77.388,52	0,60

Fonte: * Sistema e-Sfinge/Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **5,40%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

Gráfico 18 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve uma redução do percentual quando comparado ao exercício anterior.

6. CONSELHOS MUNICIPAIS

Os Conselhos Municipais são considerados órgãos públicos que contribuem de forma significativa na execução de políticas públicas setoriais.

Podem ser de natureza obrigatória ou discricionária, ou seja, os de criação obrigatória são exigidos por leis federais, cujas funções são definidas como deliberativas, fiscalizadoras, assessoramento, supervisora e executiva; enquanto que os discricionários são decorrentes de legislação municipal.

O artigo 7º, § único, da Instrução Normativa nº 20, de 01 de março de 2015 exige a remessa dos pareceres dos conselhos obrigatórios, juntamente com a prestação de contas anual, quais sejam:

a) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, previsto no art. 24, da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

b) Conselho Municipal de Saúde, previsto no art. 1º, caput e § 2º da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

c) Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente, previsto no art. 88, inciso II da Lei Federal nº 8.069, de 13 de junho de 1990;

d) Conselho Municipal de Assistência Social, previsto no art. 16, inciso IV, da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar, previsto no art. 18 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009;

f) Conselho Municipal do Idoso, previsto no art. 6º da Lei Federal nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB)

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb está previsto no artigo 24 da Lei Federal nº 44.494, de 20 de junho de 2007.

Referido órgão tem a função de acompanhar a correta aplicação dos recursos do Fundeb e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), bem como supervisionar o censo escolar anual.

O Conselho Municipal do Fundeb é autônomo, não é subordinado ao Poder Executivo e seus membros não são remunerados. No entanto, deverá ser criado por lei específica municipal, e sua composição deve obedecer ao que prescreve o art. 24, § 1º, IV e § 2º da Lei nº 11.494/2007:

Art. 24. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.

§ 1º Os conselhos serão criados por legislação específica, editada no pertinente âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

[...]

IV - em âmbito municipal, por no mínimo 9 (nove) membros, sendo:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;

b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§ 2º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver, 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação e 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#), indicados por seus pares.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Palmeira**, constata-se que o Parecer do Conselho do FUNDEB indica que as respectivas contas foram aprovadas.

6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)

O Conselho Municipal de Saúde – CMS está previsto no art. 1º, inciso II da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Trata-se de um órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde,

inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder executivo municipal⁵.

Compõe-se, conforme prescreve a terceira diretriz da Resolução n.º 453, de 10 de maio de 2012:

- a) 50% de entidades e movimentos representativos de usuários;
- b) 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de Saúde;
- c) 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

O Conselho Municipal de Saúde tem as competências elencadas pela quinta diretriz da Resolução n.º 453/2012:

Quinta Diretriz: aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete:

I - fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;

II - elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

III - discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

IV - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

V - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI - anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão;

VII - estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;

⁵ Viana, Luiz Cláudio. O papel dos conselhos municipais na gestão pública [monografia]; orientadora, Maria Eliana Cristina Bar. - Florianópolis, SC, 2011. p. 26

VIII - proceder à revisão periódica dos planos de saúde;

IX - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;

X - a cada quadrimestre deverá constar dos itens da pauta o pronunciamento do gestor, das respectivas esferas de governo, para que faça a prestação de contas, em relatório detalhado, sobre andamento do plano de saúde, agenda da saúde pactuada, relatório de gestão, dados sobre o montante e a forma de aplicação dos recursos, as auditorias iniciadas e concluídas no período, bem como a produção e a oferta de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada, de acordo com a Lei Complementar no 141/2012.

XI - avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

XII - acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde;

XIII - aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendentes, conforme legislação vigente;

XIV - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;

XV - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município, Estado, Distrito Federal e da União, com base no que a lei disciplina;

XVI - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento;

XVII - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;

XVIII - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre

assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho nas suas respectivas instâncias;

XIX - estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde;

XX - estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde;

XXI - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

XXII - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País;

XXIII - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;

XXIV - deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;

XXV - incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados nos conselhos;

XXVI - acompanhar a aplicação das normas sobre ética em pesquisas aprovadas pelo CNS;

XXVII - deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;

XXVIII - acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde; e

XXIX - atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).

Salienta-se que os membros do Conselho não são remunerados e suas funções são consideradas de relevância pública.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Palmeira**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Saúde indica que as contas foram aprovadas.

6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador das ações relacionadas à política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de Palmeira, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente não foi encaminhado, em desatendimento ao que dispõe do art. 7º, Parágrafo Único, inciso II da Instrução Normativa N.TC-20/2015.

O arquivo anexado às folhas 146 a 147 do processo não tratou da aprovação das contas.

6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

O Conselho Municipal de Assistência Social está previsto no art. 16, inciso IV da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Citado órgão tem a competência de acompanhar a execução da política de assistência social, e seus membros não são remunerados. No entanto, conforme parágrafo único do art. 16 da Lei n.º 8.742/93 as despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições devem ser custeadas pelo órgão gestor da Assistência Social.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Palmeira**, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social não foi encaminhado, em desatendimento ao que dispõe o art. 7º, Parágrafo Único, inciso III da Instrução Normativa N.TC-20/2015.

O arquivo anexado às folhas 134 a 142 do processo não contém assinatura dos conselheiros.

6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar está previsto no artigo 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009:

Art. 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma:

I - 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;

II - 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;

III - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;

IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, a seu critério, ampliar a composição dos membros do CAE, desde que obedecida a proporcionalidade definida nos incisos deste artigo.

§ 2º Cada membro titular do CAE terá 1 (um) suplente do mesmo segmento representado.

§ 3º Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 4º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 5º O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

§ 6º Caberá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios informar ao FNDE a composição do seu respectivo CAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

A sua atuação está prevista no artigo 19 da citada lei:

Art. 19. Compete ao CAE:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

Parágrafo único. Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Em consulta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Palmeira**, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar não foi encaminhado, em desatendimento ao que dispõe do art. art. 7º, Parágrafo Único, inciso IV da Instrução Normativa N.TC-20/2015.

6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)

O Conselho Municipal do Idoso está previsto no artigo 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

Suas competências estão previstas no artigo 7º da mesma lei, na redação dada pela Lei n.º 10.741/2003:

Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na [Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994](#), zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de Palmeira, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal do Idoso não foi encaminhado, em desatendimento ao que dispõe o art. 7º, Parágrafo Único, inciso V da Instrução Normativa N.TC-20/2015.

7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar nº 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, assim determina:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que em seu artigo 1º assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas

sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I – [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacional necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - [...]

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;

b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;

c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;

d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes

da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso; e

c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

A análise, por amostragem, do cumprimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, em conjunto com o Decreto Federal nº 7.185/2010, pelo Município de **Palmeira**, no tocante aos dados relativos do exercício em exame é demonstrada no Quadro a seguir:

Quadro 20 – Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010

I – QUANTO À FORMA	
Disponibilização de informações de todas as unidades municipais (art. 2º, § 1º, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Disponibilização até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil municipal (art. 2º, § 2º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público na Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso (art. 2º, § 2º, III, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados (art. 4º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU

I – QUANTO AO CONTEÚDO	
DESPESA	
(art. 48-A, I, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) o valor do empenho, liquidação e pagamento	CUMPRIU
b) o número do empenho	CUMPRIU
c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto	CUMPRIU
d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários	CUMPRIU
e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo	CUMPRIU
f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso	CUMPRIU

RECEITA (art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) previsão	CUMPRIU
b) lançamento	DESCUMPRIU
c) arrecadação	CUMPRIU

Fonte: Site da Prefeitura Municipal – Portal da Transparência – Data de acesso:
07/04/2017 (fls. 167).

Obs. Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal deste Relatório.

8. DO CUMPRIMENTO DO ARTIGO 42 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF

A Lei de Responsabilidade Fiscal em seu artigo 42 dispõe que:

Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigações de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

Para fins de verificação do cumprimento do dispositivo legal antes mencionado, foi apurada a disponibilidade de caixa líquida por fonte de recursos, conforme metodologia da Portaria STN nº 553, de 22 de dezembro de 2014, que "aprova a 6ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)".

A Fonte de Recursos trata-se de mecanismo integrador entre a receita e a despesa, onde é atribuído um código que exerce duplo papel no processo orçamentário permitindo compatibilizar a execução orçamentária com as disponibilidades financeiras:

a) na receita orçamentária: indica a destinação de recursos para a realização de determinadas despesas;

b) na despesa orçamentária: identifica a origem dos recursos que estão sendo utilizados e respectiva destinação específica.

Como processo pelo qual os recursos públicos são correlacionados a uma aplicação, pode ser classificada em:

a) destinação vinculada: é o processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades estabelecidas pela norma¹. Ex.: FR 09 – Fia Imposto de Renda e FR 89 – Alienação de Bens destinados a outros programas;

b) destinação ordinária: é o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades ⁱⁱ(FR 00 – Recursos Ordinários).

No que tange aos recursos disponíveis para cobertura dos compromissos contraídos, objeto de verificação do cumprimento do art. 42 da L.C. 101/00, considera-se Disponibilidade de Caixa Bruta:

a) Caixa – O saldo total, em 31 de dezembro do exercício de referência, da disponibilidade financeira de numerário e de outros valores em tesouraria;

b) Bancos – O saldo total, em 31 de dezembro do exercício de referência, da disponibilidade financeira em bancos; 3. Aplicações Financeiras – O saldo, em 31 de dezembro do exercício de referência, da disponibilidade financeira em bancos;

c) Aplicações Financeiras – O saldo, em 31 de dezembro do exercício de referência, da disponibilidade financeira referente a aplicações financeiras. No caso dos recursos destinados ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores, as aplicações financeiras equivalem ao grupo Investimentos, conforme plano de contas aplicado aos RPPS.

d) Outras Disponibilidades Financeiras – O saldo total, em 31 de dezembro do exercício de referência, de outras disponibilidades financeiras, que representam recursos com livre movimentação e para os quais não existam restrições para uso imediato.

Com base nesses conceitos, para verificar o cumprimento do art. 42 da LRF, aplicou-se no cálculo os seguintes critérios:

a) Para a disponibilidade de caixa bruta: foram considerados os saldos por fonte de recursos das Contas do Ativo Financeiro com atributo F (1.1.1.X.X.XX.XX – Caixa e Equivalente de Caixa; 1.1.3.8.x.08.00 – Créditos a Receber por Reembolso de Salário Família Pago; 1.1.3.8.X.09.00 – Créditos a Receber por Reembolso de Salário Maternidade Pago; 1.1.3.8.X.10.00 – Auxílio Natalidade Pago a Recuperar; 1.1.3.8.X.11.00 – Créditos a Receber por Reembolso de Auxílio Doença e Acidentes Pagos) em 31/12/2016.

Convém esclarecer que o controle das disponibilidades por especificações de fontes de recursos é realizado simultaneamente tanto nas contas com atributo F das Classes 1 – Ativo e 2 – Passivo como nas contas 7.2.1.X.X.XX.XX – Disponibilidades por Destinação e 8.2.1.X.X.XX.XX – Execução das Disponibilidades por Destinação das Classes 7 – Controles Devedores e 8 – Controles Credores, cujos saldos de disponibilidade de caixa devem ser iguais.

b) Obrigações Financeiras: considerou-se todas as despesas contraídas, por especificações de fontes de recursos, divididas em até o 1º quadrimestre de 2016 (despesas de exercícios anteriores e as contraídas até 30/04/2016) e as do 2º e 3º quadrimestres de 2016.

Ressalta-se que as despesas de exercícios anteriores e aquelas assumidas até 30/04/2016 já estão compromissadas para serem pagas, e conseqüentemente, devem ser consideradas para efeito de projeção de fluxo de caixa para verificação das disponibilidades financeiras ao final do mandato.

Neste sentido, esses compromissos interferem no comprometimento dos recursos financeiros quando do levantamento das disponibilidades de caixa para efeito da LRF. Assim, segundo a mesma, disponibilidade de caixa não é o valor financeiro existente em espécie na tesouraria ou nos bancos (componente do Ativo com atributo F), sendo pois o resultado entre esses saldos e as dívidas existentes registradas no Passivo com atributo F, além de outras despesas não contabilizadas, todas pendentes de pagamento. Este entendimento advém da redação do parágrafo único do artigo 42, o qual estabelece que "na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício".

As obrigações financeiras são compostas pelos seguintes itens:

a) Depósitos - total dos Depósitos em 31/12/2016, pertencentes a terceiros e resultantes de consignações, cauções e outros depósitos de diversas origens;

b) Despesas liquidadas e não pagas - total em 31/12/2016, divididas em até o 1º quadrimestre e 2º e 3º quadrimestres (tomando-se por base a data da emissão do empenho), as quais referem-se a obrigações a pagar com fornecedores, convênios, precatórios, pessoal, encargos sociais, provisões diversas, benefícios diversos e débitos diversos.

c) Despesas empenhadas e não liquidadas de exercícios anteriores - saldo em 31/12/2016 das despesas empenhadas e não liquidadas de anos anteriores, referentes a obrigações a pagar com fornecedores, convênios, precatórios, pessoal, encargos sociais, provisões diversas, benefícios diversos e débitos diversos.

d) Outras obrigações financeiras - total em 31/12/2016, relativos as operações realizadas com terceiros, independentes da execução orçamentária e são constituídas dos grupos de contas de Serviço da Dívida a Pagar, Outras Obrigações a Curto Prazo, Depósitos Exigíveis a Longo Prazo e Valores Pendentes a Curto Prazo, evidenciadas no Balanço Patrimonial - Passivo Financeiro.

Com relação aos ajustes das disponibilidades de caixa e das obrigações financeiras, foram utilizadas as seguintes fontes de informações: inspeções; resposta do ofício circular n.º 1.815/2017; dados encaminhados via Sistema e-Sfinge e demais análises técnicas subsidiadas em Diligências, informações da Ouvidoria e Denúncias e Representações.

Informa-se que na verificação do cumprimento do artigo 42 da LRF não serão consideradas as disponibilidades de caixa e conseqüentemente as obrigações financeiras das Câmaras Municipais, dos Regimes Próprios de Previdência Social e dos Fundos de Assistência à Saúde do Servidor.

No tocante ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquias e Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação as obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada no Município de Palmeira, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

Quadro 21 - Apuração do cumprimento do art. 42 da LRF (em Reais)

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Cumpriu / Descumpriu
RECURSOS VINCULADOS		
00 - Recursos Ordinários	0,00	CUMPRIU
01- Receitas e Transferências de Impostos - Educação	-743.478,02	DESCUMPRIU
02 - Receitas e Transferências de Impostos - Saúde	-310.423,88	DESCUMPRIU
03 - Contribuição para Fundo Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	CUMPRIU
04 - Contribuição para Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	CUMPRIU
05 - Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	0,00	CUMPRIU
06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	46.607,72	CUMPRIU
07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	-1.630,80	DESCUMPRIU
08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	-31.976,52	DESCUMPRIU
09 - FIA Imposto de Renda	0,00	CUMPRIU
10 - Convênio de Trânsito - Militar	0,00	CUMPRIU
11 - Convênio de Trânsito - Civil	0,00	CUMPRIU
12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	0,00	CUMPRIU
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério da Educação Básica em efetivo exercício) - R\$ 18.209,58	21.946,10	CUMPRIU
19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ 3.736,52		
31 - Transferências de Convênios – União/Assistência Social	0,00	CUMPRIU
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	0,00	CUMPRIU
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	305.019,01	CUMPRIU
34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	37.667,76	CUMPRIU
35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	105.942,93	CUMPRIU
36 - Salário-Educação	88.214,00	CUMPRIU
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	139.684,51	CUMPRIU
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	428.901,73	CUMPRIU
39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	24.261,26	CUMPRIU

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Cumpriu / Descumpriu
40 - Royalties de Petróleo – Educação - Lei nº 12.858/2013	0,00	CUMPRIU
41 - Royalties de Petróleo – Saúde - Lei nº 12.858/2013	0,00	CUMPRIU
42 - Outras Transferências Legais e Constitucionais – União	0,00	CUMPRIU
61 - Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social	24.088,48	CUMPRIU
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	-2.231,13	DESCUMPRIU
63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde	41.512,96	CUMPRIU
64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	40.470,22	CUMPRIU
65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	0,00	CUMPRIU
66 - Transferências Legais e Constitucionais do Estado para o Desenvolvimento da Educação	0,00	CUMPRIU
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	0,00	CUMPRIU
68 - Outras Transferências Legais e Constitucionais - Estado	0,00	CUMPRIU
80 - Outras Especificações	-144.600,00	DESCUMPRIU
81 - Operações de Crédito Internas para Programas da Educação Básica	0,00	CUMPRIU
82 - Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	CUMPRIU
83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	0,00	CUMPRIU
84 - Operações de Crédito Externas para Programas da Educação Básica	0,00	CUMPRIU
85 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	0,00	CUMPRIU
86 - Operações de Crédito Externas - Outros Programas	0,00	CUMPRIU
87 - Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	0,00	CUMPRIU
88 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	0,00	CUMPRIU
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	0,00	CUMPRIU
93 - Outras Receitas Não-Primárias	0,00	CUMPRIU
95 – Antecipação de Depósitos Judiciais	0,00	CUMPRIU
SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-1.234.340,35	
00 - Recursos Ordinários	-1.092.289,79	DESCUMPRIU
TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS	-1.092.289,79	

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge, de auditorias, resposta de ofícios.

Obs.: Foram incluídos no cálculo os valores de Restos a Pagar Não Processados de exercícios anteriores, no montante de R\$ 395.318,07, que não haviam sido considerados no Relatório de Instrução em razão do seu registro impróprio na conta contábil 531100000, sendo que deveriam estar na conta 531200000.

Portanto, conforme quadro anterior, verificou-se que o Poder Executivo do Município de **Palmeira** contraiu despesas sem a correspondente disponibilidade de caixa de **RECURSOS ORDINÁRIOS** e **RECURSOS VINCULADOS** para o pagamento das obrigações, deixando a descoberto **DESPESAS ORDINÁRIAS** no montante de **R\$ 1.092.289,79** e **DESPESAS VINCULADAS** às Fontes de Recursos (FR 01 – R\$ 743.478,02, FR 02 – R\$ 310.423,88, FR 07 – 1.630,80, FR 08 – 31.976,52, FR 62 – R\$ 2.231,13 e FR 80 – R\$ 144.600,00), no montante de **R\$ 1.234.340,35**, em descumprimento ao artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000.

Obs: O descumprimento do artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000, acima verificado, consta como restrição no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

9. RESTRIÇÕES APURADAS

9.1 RESTRIÇÃO DE ORDEM CONSTITUCIONAL

9.1.1 Despesas realizadas com os recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério no valor de **R\$ 819.125,76**, representando **58,76%** dos recursos oriundos do FUNDEB (**R\$ 1.394.098,25**), quando o percentual estabelecido de **60,00%** representaria gastos da ordem de **R\$ 836.458,95**, configurando, portanto, aplicação a menor de **R\$ 17.333,19** ou **1,24%**, em descumprimento ao estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007, (itens 1.2.1.1 e 5.2.2, limite 1).

9.2 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

9.2.1 Obrigações de despesas liquidadas até 31 de dezembro de 2016 contraídas pelo Poder Executivo sem a correspondente disponibilidade de caixa de RECURSOS ORDINÁRIOS e VINCULADOS para pagamento das obrigações, deixando a descoberto DESPESAS ORDINÁRIAS no montante de **R\$ 1.092.289,79**, e DESPESAS VINCULADAS às Fontes de Recursos (FR 01 – R\$ 743.478,02, FR 02 – R\$ 310.423,88, FR 07 – 1.630,80, FR 08 – 31.976,52, FR 62 – R\$ 2.231,13, e FR 80 – R\$ 144.600,00), no montante de **R\$ 1.234.340,35**, evidenciando o descumprimento ao artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, registrando-se a inscrição de Restos a Pagar relativos a despesas de financiamento no valor de R\$ 140.000,00 (FR 80), sendo que os recursos não ingressaram no exercício de 2016 (Capítulo 8 e item 1.2.2.1).

9.2.2 Déficit financeiro do Município (Consolidado) da ordem de **R\$ 1.130.123,67**, resultante do déficit financeiro remanescente do exercício anterior, correspondendo a **8,02%** da Receita Arrecadada do Município no exercício em exame (**R\$ 14.099.402,21**), em desacordo ao artigo 48, “b” da Lei nº 4.320/64 e artigo 1º da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF (itens 4.2 e 1.2.2.2).

- 9.2.3 Divergência, no valor de **R\$ 40.901,85**, entre as Transferências Financeiras Recebidas (R\$ 2.517.462,08) e as Transferências Financeiras Concedidas (R\$ 2.558.363,93), evidenciadas no Balanço Financeiro – Anexo 13 da Lei nº 4.320/64, caracterizando afronta ao artigo 85 da referida Lei (itens 4.2 e 1.2.2.3).
- 9.2.4 Divergência, no valor de **R\$ 40.901,85**, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ 903.689,14) e o resultado da execução orçamentária – Superávit (R\$ 889.599,35) considerando o cancelamento de restos a pagar de R\$ 54.991,64, em afronta ao artigo 85 da Lei nº 4.320/64 (itens 3.1 e 1.2.2.4).
- 9.2.5 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A, II da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o artigo 7º, II do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7 e item 1.2.2.5).
- 9.2.6 Realização de despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde por meio da Prefeitura Municipal, no montante de **R\$ 124.029,24**, em inobservância ao disposto no artigo 77, § 3º do ADCT, alterado pela EC 29/00 (fl. 183 e item 1.2.2.6).
- 9.2.7 Registro indevido de Ativo Financeiro (Atributo F) com saldo credor nas Fontes de Recursos **01 – R\$ 412.644,48, 02 – R\$ 25.412,25, 07 – R\$ 1.335,80, 08 – R\$ 11.883,30, 62 – R\$ 1.751,13 e 80 - R\$ 4.600,00**, em afronta ao previsto no artigo 85 da Lei nº 4.320/64 e arts. 8º, parágrafo único e 50, I da LRF (Apêndice - Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos e item 1.2.2.7).

9.3 RESTRIÇÕES DE ORDEM REGULAMENTAR

- 9.3.1 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso II da Instrução Normativa N.TC-20/2015 (itens 6.3 e 1.2.3.1).
- 9.3.2 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso III da Instrução Normativa N.TC-20/2015 (itens 6.4 e 1.2.3.2).
- 9.3.3 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso IV da Instrução Normativa N.TC-20/2015 (itens 6.5 e 1.2.3.3).
- 9.3.4 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso V da Instrução Normativa N.TC-20/2015 (itens 6.6 e 1.2.3.4).

10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2016

Quadro 22 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	Embora, as demonstrações apresentem inconsistências de natureza contábil, essas não afetam de forma significativa a posição financeira, orçamentária e patrimonial do exercício em análise.	
2) Resultado Orçamentário	Superávit	R\$ 889.599,35
3) Resultado Financeiro	Déficit	R\$ 1.130.123,67
4) LIMITES	PARÂMETRO MÍNIMO	REALIZADO
4.1) Saúde	15,00%	16,99%
4.2) Ensino	25,00%	33,23%
4.3) FUNDEB	60,00%	58,76%
	95,00%	98,18%
4.4) Despesas com pessoal	PARÂMETRO MÁXIMO	REALIZADO
a) Município	60,00%	59,21%
b) Poder Executivo	54,00%	53,80%
c) Poder Legislativo	6,00%	5,40%
4.5) L.C. N° 131/2009 E DEC. N° 7.185/2010	DESCUMPRIU	
4.6) Artigo 42 da L.C. n° 101/00	DESCUMPRIU	

CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2016 do Município de Palmeira**.

Diante das **Restrições de Ordem Constitucional, Legal e Regulamentar** apuradas, respectivamente, nos itens **9.1, 9.2 e 9.3**, deste Relatório, à vista da Reinstrução procedida, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **RECOMENDAR** ao Responsável pela contabilidade do Município a elaboração de Notas Explicativas, a qual deve integrar as demonstrações contábeis consolidadas remetidas a esta Corte de Contas conforme estabelece o artigo 7º, inciso I da Instrução Normativa TCE/SC n.º 20/2015.

III - **DETERMINAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto à irregularidade apontada no Capítulo 7 - Do Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010;

IV - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório.

DMU/Divisão 7, em 07/11/2017.

ALEXANDRE FONSECA OLIVEIRA
Auditor Fiscal de Controle Externo

EDSON JOSÉ SEHNEM
Auditor Fiscal de Controle Externo
Chefe da Divisão 7

De Acordo

Em 07/11/2017.

SALETE OLIVEIRA
Coordenadora de Controle
Coordenadoria de Controle de
Contas de Prefeito

Encaminhem-se os autos ao MPjTC para a necessária manifestação.

Moises Hoegenn
Diretor
Diretoria de Controle dos Municípios

ANEXO

Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas Empenhadas com Recursos de Convênios Destinados às Ações e Serviços de Saúde	79.409,36
Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.178,33
Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município	82.587,69

Deduções consideradas para fins de Limite Constitucional: Gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	7.826,50
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	15.579,36
Despesas com Educação Infantil não liquidadas e sem cobertura financeira	991,29
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	623.076,05
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	220.821,38
Despesas com Ensino Fundamental não liquidadas e sem cobertura financeira	2.497,72
Valor referente a despesas consideradas no Ensino Fundamental em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	24.927,77
Resultado líquido das transferências do Fundeb	-845.627,67
Receita de aplicação financeira dos recursos do Fundeb	3.087,75
Total das deduções consideradas para fins de Limite Constitucional	53.180,15

Deduções da Despesa com Pessoal

Descrição	R\$
Executivo: Indenizações e Restituições Trabalhistas* (Grupo de Natureza de Despesa 1; elemento de Despesa 94)	379.974,73
Total das Deduções das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	379.974,73

* Fonte Sistema e-Sfinge

Apuração Financeira da aplicação dos recursos oriundos do FUNDEB

Descrição	R\$
Transferências do FUNDEB	1.391.010,50
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	3.087,75
(-) Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2016	51.325,93
(+) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	26.013,63
(=) Total de utilização dos recursos do FUNDEB no exercício de 2016	1.368.785,95

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado, dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.



APÊNDICE

Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Palmeira	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	321	06/06/2016	AUTO VIA LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA ME	1.452,90	1.452,90	1.452,90	JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA FERENTE PROCESSO JUDICIAL 0800064-16.2013.8.240086 (EMPRES AUTO VIA LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA).
Fundo Municipal de Saúde de Palmeira	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	492	16/08/2016	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA/DETRAN	1.285,43	1.285,43	1.285,43	REF. MULTAS DO VEÍCULO MLF-9494.
Fundo Municipal de Saúde de Palmeira	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	753	20/12/2016	FABRICIA SOUZA STOCKER	440,00	440,00	0,00	REFERENTE À SERVIÇO DE IMPRESSÃO EM AZULEJO PARA HOMENAGEAR OS SECRETÁRIOS DE SAUDE DA SERRA CATARINENSE EM JANTAR DE CONFRATERNIÇÃO NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016 EM BOM RETIRO.
TOTAL						3.178,33	3.178,33	2.738,33	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	2016	365	7.826,50	7.826,50	7.826,50
TOTAIS			7.826,50	7.826,50	7.826,50

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2071	27/09/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	552,87	552,87	552,87	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE CARNE PARA NO NUCLEO MARIA ROSALINA

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2073	27/09/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	1.018,19	1.018,19	1.018,19	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE CARNE PARA USO CRECHE.
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2070	27/09/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	1.223,14	1.223,14	1.223,14	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE CARNE PARA USO NO NUCLEO ANTONIETA FARIAS
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2072	27/09/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	748,15	748,15	748,15	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE CARNE, PARA USO NO NUCLEO PROFº BENICIO
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2081	30/09/2016	EDNARA WARMLING MORGAN	338,49	338,49	338,49	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE FRUTAS E VERDURAS, PARA USO CRECHE
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2080	30/09/2016	EDNARA WARMLING MORGAN	201,89	201,89	201,89	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE FRUTAS E VERDURAS, PARA USO NO NUCLEO ANTONIETA
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2083	30/09/2016	EDNARA WARMLING MORGAN	118,83	118,83	118,83	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE FRUTAS E VERDURAS, PARA USO NO NUCLEO PROFº BENICIO
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1983	12/09/2016	GM AGENCIA DE VIAGENS LTDA ME	3.168,00	3.168,00	3.168,00	REFERENTE À TRANSPORTE DE ALUNOS PARA CURSO SUPERIOR E TÉCNICO. LEI 568/2013 ALUNOS: ALESSANDRA BRENDA CHARLES BRUNO MATIAS DOYON EDUARDO FABRICIO GABRIELA HENRIQUE JOSIANE KATLLY LUCAS MARÍLIA MARINA SABRINA YASMIN JULIANA. BRUNO FARIAS.
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1893	01/09/2016	GM AGENCIA DE VIAGENS LTDA ME	3.344,00	3.344,00	3.344,00	REFERENTE À TRANSPORTE DOS ALUNOS PARA CURSO SUPERIOR E ENSINO TÉCNICO. LEI 568/2015
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2004	14/09/2016	DAIANE HANG RECH - ME	1.120,00	1.120,00	1.120,00	REFERENTE A TRANSPORTE DOS ALUNOS PARA CURSO SUPERIOR E TÉCNICO. LEI 568/2013. ALUNOS: CAROLINI FARIAS GUILHERME FERNANDO ABREU MATIAS JENIFER RENATA CORREA JANINE BARBOSA DE SOUZA MARIA EDUARDA COELHO RENAN PAIM
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2005	14/09/2016	CLEIA DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR	1.120,00	1.120,00	1.120,00	REFERENTE À TRANSPORTE DOS ALUNOS PARA CURSO SUPERIOR E TÉCNICO. LEI 568/2013. ALUNOS:KEILA DOS SANTOS ANA CAROLINE LARISSA MILENA BALDESSARSANDRA MUNIZ PAES CLEIA REGINALDO TIAGO SOUZA MELO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1987	12/09/2016	FABIANO BLUM ROSA	1.296,00	1.296,00	1.280,00	REFERENTE A TRANSPORTE DOS ALUNOS PARA FACULDADE EM LAGES. CONTRATO 568/2013. ALUNOS: CAROLINE DE SOUZA ATÁNASIO INDIANARA MARTINS VALIM ZEFERINOJEAN IZIDORO VELHO LÉTICIA FARIAS DE SOUZA KARIONE FRANCISCO LINS PAES ROGER DA SILVA RIECHERT LUCIANA INÁCIO DE SOUZAARA FERNANDES MARTINS
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2123	30/09/2016	GM AGENCIA DE VIAGENS LTDA ME	1.329,80	1.329,80	1.329,80	REFERENTE A TRANSPORTE DOS ALUNOS PARA LOCALIDADE DE MATO ESCURO E DOS MILITARES DO EXÉRCITO DE LAGES PARA O DESFILE CÍVICO DE 07 DE SETEMBRO. CONFORME CONTRATO 45/2015.
TOTAL						15.579,36	15.579,36	15.563,36	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
36 - Salário-Educação	2016	361	47.517,05	47.517,05	44.937,17
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	2016	361	101.180,35	101.180,35	99.634,60
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	2016	361	79.778,65	79.778,65	79.298,65
80 - Outras Especificações	2016	361	394.600,00	394.600,00	254.600,00
TOTAL			623.076,05	623.076,05	478.470,42

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1378	01/07/2016	EDNARA WARMLING MORGAN	261,28	261,28	261,28	A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DULCEMAR RODOLFO DA SILVA , SOLICITA A COMPRA DE VERDURAD PARA USO NO REFEITORIO.
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	273	15/02/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	1.146,64	1.146,64	1.146,64	A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DULCEMAR RODOLFO DA SILVA SOLICITA A COMPRA DE CARNE, PARA USO REFEITÓRIO
Prefeitura Municipal	01 - Receitas de Impostos e	361	1257	17/06/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS	3.197,07	3.197,07	3.197,07	A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SILMARE SILVEIRA SILVA SOLICITA A COMPRA DE MERENDA PARA USO NA CRECHE

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
de Palmeira	Transf de Impostos: Educação				MILENIO LTDA				
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	678	01/04/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	391,89	391,89	391,89	A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SILMARE SILVEIRA SILVA, SOLICITA A COMPRA DE CARNE NO NUCLEO MARIA ROSALINA
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1313	27/06/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	838,50	838,50	838,50	A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SILMARE SILVEIRA SILVA, SOLICITA A COMPRA DE CARNE PARA USO NO NUCLEO ANTONIETA FARIAS
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1216	13/06/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	367,17	367,17	367,17	A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SILMARE SILVEIRA SILVA, SOLICITA A COMPRA DE CARNE PARA USO NO NUCLEO MARIA ROSALINA
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	680	01/04/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	638,37	638,37	638,37	A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SILMARE SILVEIRA SILVA, SOLICITA A COMPRA DE CARNES PARA USO ANTONIETA FARIAS
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	676	01/04/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	560,84	560,84	560,84	A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SILMARE SILVEIRA SILVA, SOLICITA A COMPRA DE CARNES PARA USO CRECHE.
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	682	01/04/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	446,10	446,10	446,10	A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SILMARE SILVEIRA SILVA, SOLICITA A COMPRA DE CARNES PARA USO NUCLEO PROFº BENICIO
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1408	06/07/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	2.800,89	2.800,89	2.800,89	A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SILMARE SILVEIRA SILVA, SOLICITA A COMPRA DE MERENDA PARA USO NA CRECHE
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	731	11/04/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	3.092,33	3.092,33	3.092,33	A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SILMARE SILVEIRA SILVA, SOLICITA A COMPRA DE MERENDA PARA USO NA CRECHE

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Impostos: Educação								
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1411	06/07/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	2.313,84	2.313,84	2.313,84	A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SILMARE SILVEIRA SILVA, SOLICITA A COMPRA DE MERENDA PARA USO NO NUCLEO ANTONIETA FARIAS
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	701	06/04/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	1.848,23	1.848,23	1.848,23	A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SILMARE SILVEIRA SILVA, SOLICITA A COMPRA DE MERENDA PARA USO NO NUCLEO MARIA ROSALINA
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1432	11/07/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	1.955,81	1.955,81	1.955,81	A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SILMARE SILVEIRA SILVA, SOLICITA A COMPRA DE MERENDA PARA USO NO NUCLEO PROFº BENICIO
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	702	06/04/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	2.767,74	2.767,74	2.767,74	A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SILMARE SILVEIRA SILVA, SOLICITA A COMPRA DE MERENDA PARA USO NUCLEO ANTONIETA FARIAS
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1433	11/07/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	1.584,59	1.584,59	1.584,59	A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SILMARE SILVEIRA SILVA, SOLICITA A COMPRA DE MERENDA PARA USO NUCLEO MARIA ROSALINA
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	730	11/04/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	2.035,58	2.035,58	2.035,58	A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SILMARE SILVEIRA SILVA, SOLICITA A COMPRA DE MERENDA PARA USO NUCLEO PROFº BENICIO
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	803	25/04/2016	SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA ME	278,67	278,67	278,67	A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SILMARE SILVEIRA SILVA, SOLICITA A COMPRAS DE PRODUTOS ALIMENTICIOS PARA CRECHE
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos:	361	1214	13/06/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	1.364,48	1.364,48	1.364,48	A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SILMARE SILVEIRA SILVA, SOLICITA A COMPRA DE CARNE PARA USO ANTONIETA FARIAS



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Educação								
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1213	13/06/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	699,30	699,30	699,30	A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SILMARE SILVEIRA SILVA,SOLICITA A COMPRA DE CARNE PARA USO CRECHE
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1259	17/06/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	2.725,00	2.725,00	2.725,00	A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SILMARE SILVEIRA SILVA,SOLICITA A COMPRA DE MERENDA PARA USO NUCLEO ANTONIETA FARIAS
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1262	20/06/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	1.132,06	1.132,06	1.132,06	A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SILMARE SILVEIRA SILVA,SOLICITA A COMPRA DE MERENDA PARA USO NUCLEO MARIA ROSALINA
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1269	20/06/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	1.697,08	1.697,08	1.697,08	A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SILMARE SILVEIRA SILVA,SOLICITA A COMPRA DE MERENDA PARA USO NUCLEO PROFº BENICIO
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1275	20/06/2016	SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA ME	326,10	326,10	326,10	A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SILMARI SILVEIRA SILVA,SOLICITA A COMPRA DE PRODUTOS DE ALIMENTÇÃO PARA USO NOS NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO.
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	433	03/03/2016	EDNARA WARMLING MORGAN	260,46	260,46	260,46	A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO SOLICITA A COMPRA DE VERDURAS E FRUTAS PARA USO NA CRECHE E NUCLEOS
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	900	02/05/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	1.537,97	1.537,97	1.537,97	A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO SOLICITA. A COMPRA DE MERENDA, PARA USO NUCLEO MARIA ROSALINA
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	700	06/04/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	63,98	63,98	63,98	A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SOLICITA A COMPRA DE CAFÉ 500GR, LEITE EM PÓ, AÇUCAR, PARA USO BIBLIOTECA



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	774	18/04/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	831,89	831,89	831,89	A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, SOLICITA A COMPRA DE CARNE PARA USO NA CRECHE
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1314	27/06/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	891,13	891,13	891,13	A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SOLICITA A COMPRA DE CARNE PARA USO NA CRECHE
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	771	18/04/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	331,19	331,19	331,19	A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SOLICITA A COMPRA DE CARNE PARA USO NO NUCLEO MARIA ROSALINA
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1312	27/06/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	405,02	405,02	405,02	A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SOLICITA A COMPRA DE CARNE PARA USO NO NUCLEO MARIA ROSALINA
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	775	18/04/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	758,83	758,83	758,83	A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SOLICITA A COMPRA DE CARNE PARA USO NO NUCLEO NUCLEO ANTONIETA FARIAS
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	770	18/04/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	349,17	349,17	349,17	A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SOLICITA A COMPRA DE CARNE PARA USO NO NUCLEO PROFº BENICIO
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1311	27/06/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	625,03	625,03	625,03	A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SOLICITA A COMPRA DE CARNE PARA USO NO NUCLEO PROFº BENICIO
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	978	13/05/2016	FLORICULTURA ENCANTO LTDA-ME	310,50	310,50	310,50	A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, SOLICITA A COMPRA DE FLORES PARA SER ENTREGUE EM COMEMORAÇÃO DO DIA DAS MÃES
Prefeitura	01 - Receitas	361	1000	17/05/2016	COMERCIAL DE	3.244,09	3.244,09	3.244,09	A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, SOLICITA A COMPRA DE MERENDA DA USO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Palmeira	de Impostos e Transf de Impostos: Educação				ALIMENTOS MILENIO LTDA				NA CRECHE
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1004	18/05/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	2.331,29	2.331,29	2.331,29	A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, SOLICITA A COMPRA DE MERENDA DA USO NO NUCLEO PROFº BENICIO
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	539	17/03/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	3.077,72	3.077,72	3.077,72	A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, SOLICITA A COMPRA DE MERENDA PARA USO ANTÔNIA FARIAS
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	982	16/05/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	3.038,05	3.038,05	3.038,05	A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, SOLICITA A COMPRA DE MERENDA PARA USO NO NUCLEO ANTONIETA FARIAS
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1006	18/05/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	1.851,15	1.851,15	1.851,15	A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SOLICITA A COMPRA DE MERENDA PARA USO NUCLEO MARIA ROSALINA
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	541	17/03/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	2.406,33	2.406,33	2.406,33	A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, SOLICITA A COMPRA DE MERENDA PARA USO NUCLEO PROFº BENICIO
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	918	03/05/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	2.350,20	2.350,20	2.350,20	A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SOLICITA A COMPRA DE MERENDA PARA USO NUCLEO PROFº BENICIO
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	564	18/03/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	1.702,01	1.702,01	1.702,01	A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, SOLICITA A COMPRA DE MERENDA, PARA USO NUCLEO MARIA ROSALINA
Prefeitura Municipal	01 - Receitas de Impostos e	361	983	16/05/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS	130,82	130,82	130,82	A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SOLICITA A COMPRA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS PARA USO BIBLIOTECA

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
de Palmeira	Transf de Impostos: Educação				MILENIO LTDA				
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	806	25/04/2016	SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA ME	92,55	92,55	92,55	A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, SOLICITA A COMPRA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS PARA USO NO NUCLEO ANTONIETA FARIAS
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	805	25/04/2016	SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA ME	92,55	92,55	92,55	A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, SOLICITA A COMPRA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS PARA USO NO NUCLEO MARIA ROASALINA
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	804	25/04/2016	SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA ME	31,50	31,50	31,50	A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, SOLICITA A COMPRA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS PARA USO NUCLEO PROFº BENICIO
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	562	18/03/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	3.524,12	3.524,12	3.524,12	A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, SOLICITA A COMPRA SOLICITA A COMPRA DE MERENDA PARA USO CRECHE
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	901	02/05/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	2.537,47	2.537,47	2.537,47	A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO.SOLICITA A COMPRA DE MERENDA,PARA USO NO NUCLEO ANTONIETA FARIAS
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1969	12/09/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	234,28	234,28	234,28	AQUISIÇÃO DE CAFÉ , AÇUCAR, AGUA 20LT,LEITE , PARA USO NA BIBLIOTECA
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2475	29/11/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	813,69	813,69	0,00	AQUISIÇÃO DE CARNE PARA USO CRECHE
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2476	29/11/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	681,70	681,70	0,00	AQUISIÇÃO DE CARNE PARA USO NUCLEO ANTONIETA FARIAS

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Impostos: Educação								
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2473	29/11/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	690,35	690,35	396,97	AQUISIÇÃO DE CARNE PARA USO PROFº BENICIO
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2474	29/11/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	298,64	298,64	0,00	AQUISIÇÃO DE CARNE, PARA USO NO NUCLEO MARIA ROSALINA
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2394	18/11/2016	EDNARA WARMLING MORGAN	89,38	89,38	0,00	AQUISIÇÃO DE FRUTAS E VERDURAS, PARA USO CRECHE
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2607	09/12/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	885,45	885,45	0,00	AQUISIÇÃO E CARNE, PARA USO NA CRECHE
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2606	09/12/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	999,11	999,11	0,00	AQUISIÇÃO E CARNE, PARA USO NO NUCLEO ANTONIETA FARIAS
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2602	09/12/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	422,82	422,82	0,00	AQUISIÇÃO E CARNE, PARA USO NO NUCLEO MARIA ROSALINA
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2601	09/12/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	651,97	651,97	0,00	AQUISIÇÃO E CARNE, PARA USO NO NUCLEO PROFº BENICIO
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos:	361	2232	25/10/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	830,98	830,98	830,98	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE CARNE, PARA USO NA CRECHE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Educação								
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2234	25/10/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	920,83	920,83	920,83	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE CARNE, PARA USO NO NUCLEO ANTONIETA FARIAS
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2233	25/10/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	236,71	236,71	236,71	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE CARNE, PARA USO NO NUCLEO MARIA ROSALINA
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2247	25/10/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	427,48	427,48	427,48	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE CARNE, PARA USO NO NUCLEO PROFº BENICIO
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1170	06/06/2016	SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA ME	672,90	672,90	672,90	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS NUCLEOS E CRECHE
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2175	10/10/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	3.309,48	3.309,48	3.309,48	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA USO NA CRECHE.
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1430	11/07/2016	SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA ME	534,88	534,88	0,00	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA USO NÓS NUCLEO E CRECHE
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1835	26/08/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	3.177,10	3.177,10	3.177,10	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA NA CRECHE.
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2167	07/10/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	174,20	174,20	174,20	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA USO BIBLIOTECA

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2315	01/11/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	3.340,42	3.340,42	3.340,42	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA USO CRECHE
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1973	12/09/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	1.622,39	1.622,39	1.622,39	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA USO MARIA ROSALINA
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1980	12/09/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	3.539,73	3.539,73	3.539,73	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA USO NA CRECHE
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2583	06/12/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	2.480,50	2.480,50	2.480,50	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA USO NA CRECHE
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2695	15/12/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	416,93	416,93	281,32	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA USO NA CRECHE
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1822	25/08/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	363,52	363,52	363,52	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA USO NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1737	12/08/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	2.672,75	2.672,75	2.672,75	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA USO NO NUCLEO ANTONIETA FARIAS
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2696	15/12/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	1.298,99	1.298,99	1.298,99	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA USO NO NUCLEO ANTONIETA FARIAS
Prefeitura	01 - Receitas	361	2451	24/11/2016	COMERCIAL DE	2.454,05	2.454,05	2.454,05	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA USO NO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Palmeira	de Impostos e Transf de Impostos: Educação				ALIMENTOS MILENIO LTDA				NUCLEO PROFº BENICIO
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1258	17/06/2016	AP OESTE COMERCIO LTDA	819,30	819,30	819,30	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA USO NÓS NUCLEOS E CRECHE
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1847	30/08/2016	SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA ME	561,46	561,46	0,00	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA USO NÓS NUCLEOS E CRECHE
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1836	26/08/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	1.308,32	1.308,32	1.308,32	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA USO NUCLEO MARIA ROSALINA
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1837	26/08/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	2.847,05	2.847,05	2.847,05	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA USO NUCLEO ANTONIETA FARIAS
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2001	14/09/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	3.244,74	3.244,74	3.244,74	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA USO NUCLEO ANTONIETA FARIAS
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2439	23/11/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	3.200,95	3.200,95	3.200,95	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA USO NUCLEO ANTONIETA FARIAS
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2564	05/12/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	1.840,11	1.840,11	1.840,11	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA USO NUCLEO ANTONIETA FARIAS
Prefeitura Municipal	01 - Receitas de Impostos e	361	2319	01/11/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS	1.545,03	1.545,03	1.545,03	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA USO NUCLEO MARIA ROSALINA

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
de Palmeira	Transf de Impostos: Educação				MILENIO LTDA				
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2450	24/11/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	1.280,06	1.280,06	1.280,06	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA USO NUCLEO MARIA ROSALINA
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2570	05/12/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	1.178,22	1.178,22	1.178,22	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA USO NUCLEO MARIA ROSALINA
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1949	09/09/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	2.649,44	2.649,44	2.649,44	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA USO NUCLEO PROFº BENICIO
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2584	06/12/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	1.929,28	1.929,28	1.929,28	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA USO NUCLEO PROFº BENICIO
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1842	29/08/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	2.052,66	2.052,66	2.052,66	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA USO PROFº BENICIO
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2568	05/12/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	258,22	258,22	258,22	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA USO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2454	24/11/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	3.350,46	3.350,46	3.350,46	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA USO CRECHE
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2373	09/11/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	185,40	185,40	185,40	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA USO NA BIBLIOTECA

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Impostos: Educação								
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2266	28/10/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	331,64	331,64	331,64	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS,PARA USO NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2177	10/10/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	2.904,09	2.904,09	2.904,09	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS,PARA USO NO NUCLEO ANTONIETA FARIAS.
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2176	10/10/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	2.446,66	2.446,66	2.446,66	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS,PARA USO NO PROFº BENICIO
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1640	01/08/2016	SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA ME	356,80	356,80	0,00	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS,PARA USO NÓS NUCLEOS E CRECHE.
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2317	01/11/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	3.228,63	3.228,63	3.228,63	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS,PARA USO NUCLEO ANTONIETA FARIAS
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1714	11/08/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	1.079,50	1.079,50	1.079,50	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS,PARA USO NUCLEO MARIA ROSALINA
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2318	01/11/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	2.456,74	2.456,74	2.456,74	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS,PARA USO NUCLEO PROFº BENICIO
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos:	361	1742	12/08/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	1.743,59	1.743,59	1.743,59	AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS,PARA USO PROFº BENICIO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Educação								
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	307	19/02/2016	EDNARA WARMLING MORGAN	101,26	101,26	101,26	O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO MARIO HENRIQUE RODRIGUES, SOLICITA A COMPRA DE FRUTAS E VERDURAS, PARA USO CRECHE
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	265	12/02/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	1.907,89	1.907,89	1.907,89	O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO MARIO HENRIQUE RODRIGUES, SOLICITA A COMPRA DE MERENDA PAR USO NA CRECHE.
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	121	14/01/2016	EDNARA WARMLING MORGAN	72,24	72,24	72,24	O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO MARIO HENRIQUE RODRIGUES, SOLICITA A COMPRA DE VERDURAS E FRUTAS, PARA USO NA CRECHE
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	340	25/02/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	1.829,18	1.829,18	1.829,18	O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO MARIO HENRIQUE RODRIGUES,SOLICITA A COMPRA DE CARNE, PARA USO NÓS NUCLEOS E CRECHE
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	283	16/02/2016	EDNARA WARMLING MORGAN	285,14	285,14	285,14	O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SOLICITA A COMPRA DE VERDURAS E FRUTAS,PARA USO NA CRECHE
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	472	08/03/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	3.345,27	3.345,27	3.345,27	O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, SOLICITA A COMPRA DE MERENDA PARA USO NA CRECHE.
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	470	08/03/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	2.590,70	2.590,70	2.590,70	O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, SOLICITA A COMPRA DE MERENDA PARA USO NO NUCLEO PROFº BENICIO
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	471	08/03/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	3.421,12	3.421,12	3.421,12	O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, SOLICITA A COMPRA DE MERENDA PARA USO NUCLEO ANTONIETA FARIAS



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	451	04/03/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	1.962,17	1.962,17	1.962,17	O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, SOLICITA A COMPRA DE MERENDA PARA USO NUCLEO MARIA ROSALINA
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1839	29/08/2016	VERA LUCIA XAVIER ATANAZIO 65594320920	175,00	175,00	175,00	REFERENTE A RESTAURAÇÃO DE CASACOS PARA BANDA NO DIA SETE DE SETEMBRO.
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1578	29/07/2016	DAIANE HANG RECH - ME	160,00	160,00	160,00	REFERENTE À TRANSPORTE DA ALUNA PARA FACULDADE EM LAGES. CONTRATO 568/2013. ALUNA: CAROLINE FARIA DE SOUZA
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1441	11/07/2016	GM AGENCIA DE VIAGENS LTDA ME	6.688,00	6.688,00	6.688,00	REFERENTE A TRANSPORTE DE ALUNOS (MARINA, ARIANO, LUIZ FERNANDO, KELLY, MAIRON,GABRIELA, ALESSANDRA, YASMIN, MARÍLIA, EDUARDO, DOYON, SABRINA, HERNRIQUE, BRUNO, BRENDA, LUAN, CHARLES E LEANDRO) PARA OS CURSOS TECNICOS E SUPERIORES NOS MESES DE JUNHO E JULHO. LEI 568/2013 REFERENTE AOS MÊS 10/06-10/07
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2172	10/10/2016	GM AGENCIA DE VIAGENS LTDA ME	3.168,00	3.168,00	3.168,00	REFERENTE A TRANSPORTE DE ALUNOS PARA CURSO SUPERIOR E TECNICO LEI 568/2013 ALUNOS ALESSANDRA BRENDA BRUNO BRUNO CHARLES DOYOU EDUARDO FABRICIO GABRIELA HENRIQUE JOSIANE KALLY LUCAS MARILIA MARINA SABRINA YASMIN JULIANA
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2344	03/11/2016	FABIANO BLUM ROSA	1.531,20	1.531,20	1.240,00	REFERENTE À TRANSPORTE DE ALUNOS PARA FACULDADE. LEI 568/2013 ALUNOS: CAROLINE DE SOUZA ATANÁSIO LETÍCIA FARIAS DE SOUZA JEAN IZIDORO VELHO ROGER DA SILVA RIECHERT MATHEUS SILVA MELO (MATUTINO E NOTURNO) LUÇAS JOSÉ MUNIZ JOZIANE DA SILVA LARA FERNANDES MARTINS LUCIANA INÁCIO DE SOUZA
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2197	17/10/2016	DAIANE HANG RECH - ME	1.280,00	1.280,00	1.280,00	REFERENTE A TRANSPORTE DE ALUNOS PARA FACULDADE. REFERENTE AO MÊS OUTUBRO. LEI568/2013 VITOR YURI RODRIGUES CAROLINE FARIAS GUILHERME FERNANDO DE ABREU MATIAS JENIFFER RENATA CORREA JANINE BARBOSA DE SOUZA MARIA EDUARDA COELHO RENAN PAIM DE JESUS
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2546	02/12/2016	TRANSPORTES COLETIVOS STINN FROZZA LTDA	2.128,00	2.128,00	0,00	REFERENTE À TRANSPORTE DOS ALUNOS DO CURSO SUPERIOR E TÉCNICO. LEI 568/2013
Prefeitura	01 - Receitas	361	2591	07/12/2016	GM AGENCIA DE	3.168,00	3.168,00	3.168,00	REFERENTE A TRANSPORTE DOS ALUNOS PARA CURSO SUPERIOR E

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Palmeira	de Impostos e Transf de Impostos: Educação				VIAGENS LTDA ME				TÉCNICO. LEI 568/2013 ALUNOS ALESSANDRA BRANDA CHARLES BRUNO FARIAS BRUNO MATIAS DOYON EDUARDO FABRICIO GABRIELA HENRIQUE JOSIANE KATLLY LUCAS MARÍLIA MARINA SABRINA YASMIM JULIANA
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1697	09/08/2016	DAIANE HANG RECH - ME	1.440,00	1.440,00	1.440,00	REFERENTE A TRANSPORTE DOS ALUNOS PARA CURSO SUPERIOR E TÉCNICO. LEI 568/2013. ALUNOS: CAROLINI FARIAS, LARA FERNANDES MARTINS, LUCIANA INACIO DE SOUZA GUILHERME FERNANDO ABREU MATIAS JENIFFER RENATA CORREA, JANINE BARBOSA DE SOUZA MARIA EDUARDA COELHO RENAN PAIM DE JESUS.
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1698	09/08/2016	VANIO RAITZ ME	500,00	500,00	500,00	REFERENTE A TRANSPORTE DOS ALUNOS PARA CURSO SUPERIOR E TÉCNICO. LEI 568/2013. ALUNAS: KARINE DE JESUS MUNIZ ANDRIANI COSTA ATANASIO ANGÉLICA DE JORDÃO DA SILVA.
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2321	01/11/2016	DAIANE HANG RECH - ME	1.280,00	1.280,00	1.280,00	REFERENTE A TRANSPORTE DOS ALUNOS PARA FACULDADE DE LAGES. LEI 568/2013 ALUNOS: CAROLINI FARIAS GUILHERME FERNANDO ABREU JENIFER RENATA CORREA JANINE BARBOSA DE SOUZA MARIA EDUARDA COELHO RENAN PAIM DE JESUS VITOR YURI RODRIGUES
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1638	01/08/2016	TRANSPORTES COLETIVOS STINN FROZZA LTDA	2.736,00	2.736,00	2.736,00	REFERENTE A TRANSPORTE DOS ALUNOS PARA FACULDADE EM LAGES. CONTRATO 568/2013. ALUNOS: ANELISE MARQUES PADILHA ALINE SOUZA MELOANA PAULA MAEIR DE SOUZA ANGELA R. AMARAL COELHO DE SOUZACAMILA PIRES DA SILVA CLEBER SEBASTIÃO FERREIRA DOS SANTOS DANIELI MARINA MAEIR DE SOUZA ELAINE DEFREYN DE ANDRADE ELISANGELA BARBOSA DE SOUZA FABRICIO DANIEL. H. DE AZAMBUJA FELIPE DE ALMEIDA LEITE GREYCY KELLY COSTA BORGES GUSTAVO MADRUGA DE SOUZA HENRIQUE WERNERJEFFERSON DE SOUZA XAVIER JULIANA DE SOUZALUANA APARECIDA DO AMARAL DE SOUZALUIZ FERNANDO DE LIMA
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2137	04/10/2016	FABIANO BLUM ROSA	1.595,20	1.595,20	1.580,00	REFERENTE A TRANSPORTE DOS ALUNOS PARA FACULDADE EM LAGES. CONTRATO 568/2013. ALUNOS: CAROLINE DE SOUZA ATANASIO INDIANARA MARTINS VALIM ZEFERINO JEAN IZIDORO VELHO LÉTICIA FARIAS DE SOUZA KARIONE FRANCISCO LINS PAES ROGER DA SILVA RIECHERT MATHEUS SILVA MELO LUCAS JOSÉ MUNIZ JOSIANE DA SILVA
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1690	08/08/2016	FABIANO BLUM ROSA	976,00	976,00	976,00	REFERENTE A TRANSPORTE DOS ALUNOS PARA FACULDADE EM LAGES. CONTRATO 568/2013. ALUNOS: CAROLINE DE SOUZA ATANASIO INDIANARA MARTINS VALIM ZEFERINO ANGÉLICA DE MORAES JORDÃO DA SILVA JEAN IZIDORO VELHO KARIONE FRANCISCO LINS PAES ROGER DA SILVA RIECHERT.
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de	361	2548	02/12/2016	DAIANE HANG RECH - ME	1.260,00	1.260,00	320,00	REFERENTE A TRANSPORTE DOS ALUNOS PARA FACULDADE EM LAGES. LEI 568/2013 ALUNOS: GUILHERME FERNANDO DE ABREU MATIAS JENIFER RENATA CORREA BARBOSA MARIA EDUARDA COELHO RENAN PAIM DE

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Impostos: Educação								JESUS VITOR IURI RODRIGUES
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2169	07/10/2016	CLEIA DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR	1.120,00	1.120,00	1.040,00	REFERENTE A TRANSPORTE ESCOLAR INTERMUNICIPAL AO SUBSIDIO DE 80% NO MÊS DE 10/2016 DOS ALUNOS: KEILA DOS SANTOS ANA CAROLINE LARISSA MILENA BALDESSAR SANDRA MUNIZ PAES CLEIA REGINALDO TIAGO SOUZA MELO.
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1513	19/07/2016	CLEIA DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR	1.120,00	1.120,00	1.120,00	REFERENTE À TRANSPORTE ESCOLAR INTERMUNICIPALCOM SUBSIDIO DE 80% NO MÊS DE 07/2016. lei 568/2013 ALUNOS: KEILA DOS SANTOS ANA CAROLINA LARISSA MILENA BALDESSAR SANDRA MUNIZ PAES CLEIA REGINALDO TIAGO SOUZA MELO
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1625	01/08/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	253,68	253,68	253,68	REFERENTE AQUISIÇÃO DE AGUA 20LT, AÇUCAR, CAFÉ 500GR, PARA USO NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1496	19/07/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	73,67	73,67	73,67	REFERENTE AQUISIÇÃO DE CAFÉ 500GR, LEITE, AGUA 20LT, PARA USO NA BIBLIOTECA
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	946	10/05/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	859,70	859,70	859,70	REFERENTE AQUISIÇÃO DE CARNE PARA USO CRECHE
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1929	06/09/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	806,96	806,96	806,96	REFERENTE AQUISIÇÃO DE CARNE PARA USO CRECHE
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1480	15/07/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	713,50	713,50	713,50	REFERENTE AQUISIÇÃO DE CARNE PARA USO NA CRECHE
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos:	361	1752	12/08/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	542,87	542,87	542,87	REFERENTE AQUISIÇÃO DE CARNE PARA USO NO CRECHE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Educação								
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	947	10/05/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	750,00	750,00	750,00	REFERENTE AQUISIÇÃO DE CARNE PARA USO NO NUCLEO ANTONIETA FARIAS
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1476	15/07/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	747,14	747,14	747,14	REFERENTE AQUISIÇÃO DE CARNE PARA USO NO NUCLEO ANTONIETA FARIAS
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1749	12/08/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	699,21	699,21	699,21	REFERENTE AQUISIÇÃO DE CARNE PARA USO NO NUCLEO ANTONIETA FARIAS
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1479	15/07/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	331,43	331,43	331,43	REFERENTE AQUISIÇÃO DE CARNE PARA USO NO NUCLEO MARIA ROSALINA
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1750	12/08/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	350,02	350,02	350,02	REFERENTE AQUISIÇÃO DE CARNE PARA USO NO NUCLEO MARIA ROSALINA
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1932	06/09/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	412,00	412,00	412,00	Referente aquisição de carne para uso no nucleo Maria Rosalina
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1477	15/07/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	406,80	406,80	406,80	REFERENTE AQUISIÇÃO DE CARNE PARA USO NO NUCLEO PROFº BENICIO
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1933	06/09/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	782,82	782,82	782,82	Referente aquisição de carne para uso no nucleo Profº Benicio

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1934	06/09/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	911,93	911,93	911,93	REFERENTE AQUISIÇÃO DE CARNE PARA USO NUCLEO ANTONIETA FARIAS
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	948	10/05/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	517,50	517,50	517,50	REFERENTE AQUISIÇÃO DE CARNE PARA USO NUCLEO MARIA ROSALINA
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1062	30/05/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	251,44	251,44	251,44	REFERENTE AQUISIÇÃO DE CARNE, PARA USO NO NUCLEO ANTONIETA FARIAS
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	945	10/05/2016	ILCI ALVES DE ANDRADE DOS SANTOS EPP	688,17	688,17	688,17	REFERENTE AQUISIÇÃO DE CARNE, PARA USO NO NUCLEO PROFº BENICIO
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1680	04/08/2016	EDNARA WARMLING MORGAN	350,99	350,99	350,99	REFERENTE AQUISIÇÃO DE FRUTAS E VERDURAS, PARA USO NA CRECHE E NUCLEOS
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2027	19/09/2016	EDNARA WARMLING MORGAN	300,89	300,89	300,89	REFERENTE AQUISIÇÃO DE FRUTAS E VERDURAS, PARA USO NO NUCLEO MARIA ROSALINA
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1058	27/05/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	801,08	801,08	801,08	REFERENTE AQUISIÇÃO DE MERENDA PARA USO CRECHE
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1636	01/08/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	3.210,70	3.210,70	3.210,70	REFERENTE AQUISIÇÃO DE MERENDA PARA USO NA CRECHE
Prefeitura	01 - Receitas	361	1646	01/08/2016	COMERCIAL DE	2.970,04	2.970,04	2.970,04	REFERENTE AQUISIÇÃO DE MERENDA PARA USO NO NUCLEO ANTONIETA

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Palmeira	de Impostos e Transf de Impostos: Educação				ALIMENTOS MILENIO LTDA				FARIAS
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1631	01/08/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	2.332,45	2.332,45	2.332,45	REFERENTE AQUISIÇÃO DE MERENDA PARA USO NO NULEO PROFº BENICIO
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1745	12/08/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	2.732,73	2.732,73	2.732,73	REFERENTE AQUISIÇÃO DE MERENDA, PARA USO CRECHE
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1650	02/08/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	1.604,75	1.604,75	1.604,75	REFERENTE AQUISIÇÃO DE MERENDA,PARA USO NO NULEO MARIA ROSALINA
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2174	10/10/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	1.758,81	1.758,81	1.758,81	REFERENTE AQUISIÇÃO DE MERENDA,PARA USO NUCLEO MARIA ROSALINA
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1628	01/08/2016	VIOLA DE OURO COM .DE ELETRONICOS LTDA ME	452,00	452,00	0,00	REFERENTE AQUISIÇÃO DE PARES DE BAQUETAS, TALABARTES 02 GANCHOS BRANCO, TALABARTE 01 GANCHO BRANCO, PARA USO DESFILE DE 7 SETEMBRO
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1769	19/08/2016	EDNARA WARMLING MORGAN	1.540,81	1.540,81	1.540,81	REFERENTE AQUISIÇÃO DE VERDURAS, PARA USO NÓS NUCLEOS E CRECHE
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2028	19/09/2016	EDNARA WARMLING MORGAN	700,55	700,55	700,55	REFERENTE AQUISIÇÃO FRUTAS E VERDURAS PARA USO NA CRECHE
Prefeitura Municipal	01 - Receitas de Impostos e	361	2029	19/09/2016	EDNARA WARMLING	414,47	414,47	414,47	REFERENTE AQUISIÇÃO FRUTAS E VERDURAS PARA USO NA NUCLEO PROFº BENICIO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
de Palmeira	Transf de Impostos: Educação				MORGAN				
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2007	15/09/2016	EDNARA WARMLING MORGAN	522,08	522,08	522,08	REFERENTE AQUISIÇÃO FRUTAS E VERDURAS PARA USO NO NULEO ANTONIETA FARIAS
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	675	01/04/2016	EDNARA WARMLING MORGAN	142,04	142,04	142,04	REFERENTE AQUISIÇÃO DE VERDURAS FRUTAS, PARA USO NUCLEO ANTONIETA FARIAS
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	570	21/03/2016	AP OESTE COMERCIO LTDA	581,02	581,02	581,02	REGISTRO DE PREÇOS para aquisição e fornecimento de gêneros alimentícios e materiais de limpeza
Prefeitura Municipal de Palmeira	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	435	03/03/2016	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	182,60	182,60	182,60	REGISTRO DE PREÇOS para aquisição e fornecimento de gêneros alimentícios e materiais de limpeza. PARA USO BIBLIOTECA
TOTAL						220.821,38	220.821,38	210.190,09	

Cálculo Detalhado do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso

A - RECURSOS VINCULADOS											
FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)						SUPERÁVIT/ DÉFICIT
	VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	AJUSTE QUADRO 42 - DESPESAS NÃO EMPENHADAS/CANCELADAS	AJUSTES	COM RPPS	DO RPPS	AJUSTE RPPS	EXCLUÍDO RPPS	
00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
01	-412.644,48	16.408,57	253.900,04	66.770,22	0,00	0,00	-749.723,31	0,00	0,00	-749.723,31	DÉFICIT
02	-25.412,25	6.888,37	274.891,99	3.231,27	0,00	0,00	-310.423,88	0,00	0,00	-310.423,88	DÉFICIT
03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
06	50.000,00	0,00	3.392,28	0,00	0,00	0,00	46.607,72	0,00	0,00	46.607,72	SUPERAVIT
07	-1.335,80	0,00	295,00	0,00	0,00	0,00	-1.630,80	0,00	0,00	-1.630,80	DÉFICIT
08	-11.883,30	0,00	20.093,22	0,00	0,00	0,00	-31.976,52	0,00	0,00	-31.976,52	DÉFICIT
09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
18	18.667,75	458,17	0,00	0,00	0,00	0,00	18.209,58	0,00	0,00	18.209,58	SUPERAVIT
19	32.658,18	239,61	28.682,05	0,00	0,00	0,00	3.736,52	0,00	0,00	3.736,52	SUPERAVIT
31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
33	305.019,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	305.019,01	0,00	0,00	305.019,01	SUPERAVIT
34	397.536,35	58,65	201.210,45	247.029,49	0,00	0,00	-50.762,24	0,00	0,00	-50.762,24	DÉFICIT
35	114.136,88	0,00	7.976,24	1.227,51	0,00	0,00	104.933,13	0,00	0,00	104.933,13	SUPERAVIT



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

36	93.981,88	0,00	5.767,88	0,00	0,00	0,00	88.214,00	0,00	0,00	88.214,00	SUPERAVIT
37	190.775,82	1.292,44	24.929,32	24.869,55	0,00	0,00	139.684,51	0,00	0,00	139.684,51	SUPERAVIT
38	438.480,15	0,00	9.578,42	0,00	0,00	0,00	428.901,73	0,00	0,00	428.901,73	SUPERAVIT
39	25.482,06	0,00	1.220,80	0,00	0,00	0,00	24.261,26	0,00	0,00	24.261,26	SUPERAVIT
40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
61	24.088,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.088,48	0,00	0,00	24.088,48	SUPERAVIT
62	-1.751,13	0,00	480,00	0,00	0,00	0,00	-2.231,13	0,00	0,00	-2.231,13	DÉFICIT
63	45.490,22	0,00	3.977,26	0,00	0,00	0,00	41.512,96	0,00	0,00	41.512,96	SUPERAVIT
64	41.755,22	0,00	1.285,00	0,00	0,00	0,00	40.470,22	0,00	0,00	40.470,22	SUPERAVIT
65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
80	-4.600,00	0,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	-144.600,00	0,00	0,00	-144.600,00	DÉFICIT
81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT

93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
T.	1.320.445,04	25.345,81	977.679,95	343.128,04	0,00	0,00	-25.708,76	0,00	0,00	-25.708,76	

B		RECURSOS ORDINÁRIOS							
FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)			SUPERÁVIT/DÉFICIT	
	VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	AJUSTE QUADRO 42 - DESPESAS NÃO EMPENHADAS/CANCELADAS	AJUSTES	DISPONIBILIDADE DE CAIXA AJUSTADA		
0	-77.090,23	19.433,51	847.890,93	160.000,24	0,00	0,00	-1.104.414,91	DÉFICIT	
T.	-77.090,23	19.433,51	847.890,93	160.000,24	0,00	0,00	-1.104.414,91		

ⁱ Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 6ª edição, p. 119.

ⁱⁱ idem

Cálculo Detalhado por Fonte de Recursos da apuração do cumprimento do art. 42 da LRF:

RECURSOS VINCULADOS													
FR	A -DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA*	B - OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS							AJUSTES	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA/INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B +/- AJUSTES)	CUMPRIU/DESCUMPRIU		
		VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS			RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES *	DESPESAS LIQUIDADAS EM 2016					
				DE ANTERIORES	EXERCÍCIOS ATÉ O 1º QUADRIMESTRE	2º E 3º QUADRIMESTRES		NÃO EMPENHADAS				INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	EMPENHADAS E CANCELADAS
0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU		
1	-412.644,48	16.408,57	79.512,84	174.387,20	60.524,93	0,00	0,00	0,00	0,00	-743.478,02	DESCUMPRIU		
2	-25.412,25	6.888,37	164.211,88	110.680,11	3.231,27	0,00	0,00	0,00	0,00	-310.423,88	DESCUMPRIU		
3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU		
4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU		
5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU		
6	50.000,00	0,00	3.392,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.607,72	CUMPRIU		
7	-1.335,80	0,00	295,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.630,80	DESCUMPRIU		
8	-11.883,30	0,00	20.093,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-31.976,52	DESCUMPRIU		
9	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU		
10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU		
11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU		
12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU		
18	18.667,75	458,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.209,58	CUMPRIU		
19	32.658,18	239,61	3.366,20	25.315,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.736,52	CUMPRIU		
31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU		

32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
33	305.019,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	305.019,01	CUMPRIU
34	397.536,35	58,65	70.206,45	131.004,00	158.599,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.667,76	CUMPRIU
35	114.136,88	0,00	3.338,42	4.637,82	217,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.942,93	CUMPRIU
36	93.981,88	0,00	3.188,00	2.579,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	88.214,00	CUMPRIU
37	190.775,82	1.292,44	24.929,32	0,00	24.869,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	139.684,51	CUMPRIU
38	438.480,15	0,00	9.508,42	70,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	428.901,73	CUMPRIU
39	25.482,06	0,00	1.220,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.261,26	CUMPRIU
40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
61	24.088,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.088,48	CUMPRIU
62	-1.751,13	0,00	0,00	480,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.231,13	DESCUMPRIU
63	45.490,22	0,00	0,00	3.977,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.512,96	CUMPRIU
64	41.755,22	0,00	1.285,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.470,22	CUMPRIU
65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
80	-4.600,00	0,00	0,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-144.600,00	DESCUMPRIU
81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU

86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU	
87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU	
88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU	
89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU	
93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU	
95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU	
SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS VINCULADOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA											-1.234.340,35		
RECURSOS ORDINÁRIOS													
	A - DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA*		B - OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS										
			RESTOS A PAGAR PROCESSADOS			RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES*	DESPESAS LIQUIDADAS EM 2016			AJUSTES	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA/INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B +/- AJUSTES)	CUMPRIU/DESCUMPRIU	
FR	VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES ATÉ O 1º QUADRIMESTRE	2º E 3º QUADRIMESTRES	NÃO EMPENHADAS		Inscritas em RP Não PROCESSADOS	EMPENHADAS E CANCELADAS					
0	-77.090,23	19.433,51	592.513,67	255.377,26	147.875,12	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.092.289,79	DESCUMPRIU		

* Obs.: Foram incluídos no cálculo os valores de Restos a Pagar Não Processados de exercícios anteriores, no montante de R\$ 395.318,07, que não haviam sido considerados no Relatório de Instrução em razão do seu registro impróprio na conta contábil 531100000, sendo que deveriam estar na conta 531200000.